

n(ex)clusão dos imigrantes em Bragança **In(ex)clusion of immigrants in Bragança**

Maria do Nascimento Mateus

Escola Superior de Educação Instituto Politécnico de Bragança – Portugal
mmateus@ipb.pt

Resumo

O principal objectivo deste trabalho foi uma investigação sobre a problemática, in(ex)clusão dos imigrantes em Bragança, cuja abordagem permitiu não só analisar as actuais tendências migratórias e os impactos socioeconómicos que as mesmas têm a nível local, mas também reflectir sobre algumas respostas locais articuladas ao nível das necessidades de acolhimento e integração dos cidadãos imigrantes. A metodologia utilizada foi o método de análise extensiva, abrangente, em situações reais, sobre as quais, *a posteriori*, foram tecidas considerações finais, através de uma análise quantitativa e qualitativa. Como procedimento de recolha e análise de dados foram usadas técnicas de pesquisa diversificadas, através de uma observação não participante, tendo sido elaborados e aplicados sessenta e oito inquéritos por questionário e feita uma entrevista formal ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bragança, pois a integração dos imigrantes realiza-se, sobretudo, a nível local/regional, com a colaboração de diferentes instituições, nomeadamente o poder autárquico.

Palavras-chave: *imigração, inclusão/exclusão social, económica, étnica, cultural, impactos económicos.*

Abstract

The main objective of this work was to investigate into the problem of inclusion and exclusion of immigrants in Bragança. The approach to the theme has not only considered the current immigration trends and the socioeconomic impacts that they have at the local level but it also considered some local responses to needs articulated at the reception and integration of immigrant citizens. The methodology used was the method of extensive analysis, rather comprehensive in real situations, on which the subsequent, final considerations were made through a quantitative and qualitative analysis. In order to collect and analyse data several research techniques were used, mainly through a non-participant observation. Thus, sixty-eight questionnaires were carried out and a formal interview to the Mayor of Bragança was conducted.. This was done so because the integration of immigrants takes place, especially at local/regional level, with the collaboration of different institutions, including the municipal power.

Keywords: *immigration, inclusion/exclusion, economic, ethnic, cultural, economic impacts.*

Introdução

Portugal, em toda a sua história, foi sempre um país exportador de gente, por razões de natureza económica e social e por um espírito de aventura enraizado na cultura de um povo à beira mar plantado.

A independência dos países africanos, a partir de 1974, trouxe de volta muitos dos portugueses (retornados) que viviam em Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo-Verde e Guiné-Bissau, o que, a par do agravamento da situação económica e social vivida na época, constituiu uma lufada de ar fresco no rejuvenescimento da população, envelhecida pela forte emigração sofrida até ao momento.

Se nos anos 20 do século passado os portugueses tinham como destino a América Latina (Brasil, Venezuela, Argentina), a partir dos anos 50 até meados da década de 70, os

países da Europa (França, sobretudo, mas também Alemanha, Suíça, Bélgica, Luxemburgo), foram o principal destino de um povo que lutava com dificuldades de toda a ordem, que lhe ceifavam todas as perspectivas de um futuro risonho.

Mas, nos anos 90, a tradição dos fluxos migratórios muda e Portugal não deixando de manter algum fluxo emigratório, transforma-se num país de imigrantes, recebendo africanos, brasileiros, imigrantes dos Países de Leste, indianos, chineses e outros, que criam uma nova realidade sociocultural.

É preciso criar e pensar as políticas de integração destes cidadãos que deram um novo impulso a uma renovação etária da população e cujos reflexos foram sentidos a nível nacional e regional.

É neste contexto que se torna importante estudar a nível local, na cidade de Bragança, os impactos desta problemática, verificando como é que estes fluxos contribuíram, ou não, para um desenvolvimento local.

O estudo constará de uma introdução, onde se focará a pertinência da abordagem do tema, da definição do problema e das questões por ele suscitadas, das variáveis que condicionarão os objectivos que se pretendem atingir, bem como da utilização de uma metodologia, com técnicas de pesquisa apropriadas a uma análise e apresentação dos resultados que permitirão chegar às conclusões finais.

É ainda fundamental a caracterização do espaço onde é realizado o estudo, a fim de se compreenderem as dinâmicas espaciais e sociais que o mesmo integra.

Através do enquadramento teórico construir-se-á o quadro conceptual que servirá de eixo motor à análise e interpretação dos dados.

Os objectivos definidos para a execução deste estudo - analisar as actuais tendências imigratórias e os impactos socioeconómicos que as mesmas têm na cidade de Bragança bem como reflectir sobre algumas respostas locais articuladas ao nível das necessidades de acolhimento e integração dos cidadãos imigrantes nesta região - permitiram enunciar o problema.

Que respostas locais, articuladas ao nível das necessidades de acolhimento e integração dos cidadãos imigrantes, apresenta a Câmara Municipal de Bragança no sentido de uma integração plena dos que procuram esta região, contribuindo para o seu desenvolvimento local/regional?

Surgem, de imediato algumas questões, como: - O que leva os imigrantes a abandonarem o seu país de origem? - Que razões estão na base da escolha de Portugal para os imigrantes? - Até que ponto poderão as diferentes formas de discriminação (étnica,

social, cultural, económica) contribuir para um retorno dos imigrantes ao país de origem? - Que apoios locais são oferecidos, no sentido de minimizar os efeitos de constrangimento das populações imigrantes? - Que impactos económicos terão as poupanças dos imigrantes, quer a nível local, quer no seu país de origem?

As variáveis biográficas (idade, sexo, estado civil, condições sociais, agregado familiar, habilitações académicas); as variáveis independentes, activas ou condicionantes (razões que levaram à imigração, razões da escolha do país de acolhimento, dificuldades sentidas neste país, apoios locais para a integração na sociedade, aplicação das poupanças, políticas nacionais e/ou regionais de promoção de integração, tipo de trabalho realizado); e a variável resultado, in(ex)clusão dos imigrantes na cidade de Bragança, foram obtidas através de pesquisa documental, das técnicas de pesquisa utilizadas e dos objectivos formulados para a análise da temática em causa.

Bragança, inserida no Nordeste Transmontano, faz parte de uma região onde a população escasseia, está profundamente envelhecida, onde as fracas acessibilidades condicionam a implantação de sectores que promovam o desenvolvimento local/regional e a transformam, cada vez mais, numa zona periférica e pouco atractiva.

Como é que esta região sobrevive? O que é que existe nela que determine que seja procurada? Como reage o poder local? Que estratégia de desenvolvimento local tenta implementar quando define as suas políticas sociais que pretendem incluir os imigrantes que a procuram? Para obter respostas será necessário indagar junto das populações imigrantes o que sentem, o que desejam, como gostariam que fosse. Nem sempre é fácil estabelecer um diálogo com uma população desenraizada, sem referências culturais, sociais e políticas, em contacto com uma língua que não dominam, cheios de angústias, de medos, mas também de expectativas num futuro melhor. Contudo, conseguimos encontrar alguém, um total de sessenta e oito pessoas, que quiseram partilhar connosco parte da sua história de vida. Vida difícil, com altos e baixos, talhada no encontro e no desencontro dos afectos, da distância, do isolamento e da solidão.

Portugal, de país de emigrantes a país de imigrantes: uma nova realidade

A maioria da população portuguesa actual já nasceu depois dos anos 60 e esta já não

(...) reconhece a sociedade rural, a pobreza do pé descalço, a fuga de centenas de milhares de emigrantes, a guerra colonial, as localidades do interior, a ditadura, a censura ou o analfabetismo. Mesmo os mais velhos, os que ainda recordam esses tempos, mudaram os comportamentos (Barreto e Pontes, 2007, p. 46).

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), entre 1960 e 2005 cerca de 2 milhões de portugueses foram viver para o estrangeiro, tendo entre 1960 e 1975 emigrado para França cerca de um milhão e meio. Mas entre 1975 e 2005, um milhão e trezentos mil vieram viver para Portugal, 650.000 eram “retornados”, provenientes das ex-colónias e 650.000 eram imigrantes.

Nestes 40 anos uma grande parte da população mudou do local de habitação, pois abandonou o meio rural, interior do país e concentrou-se no litoral (oeste e sul), sobretudo nas áreas metropolitanas do Grande Porto e da Grande Lisboa. Como realçam Barreto e Pontes (2005), *o Portugal rural e o Portugal interior estão em vias de despovoamento* (p. 48).

Nos últimos anos o quadro dos movimentos migratórios sofreu alterações

(...) algumas aprofundando dinâmicas já pressentidas (multipolaridade, desconcentração dos centros das áreas metropolitanas, atenuação dos volumes de emigração num contexto dominado por movimentos temporários que assume a forma de circulação migratória de larga amplitude), outras evidenciando fenómenos novos (diversificação das origens dos imigrantes num quadro de afirmação de Portugal como país de imigração, generalização da presença de imigrantes a todas as regiões do país (Malheiros, 2005, pp.87-88).

Não esquecendo os elevados níveis de concentração demográfica existentes em determinadas áreas, o elevado saldo migratório positivo da década de 90, que traduz os consideráveis movimentos de retorno

(...) e, sobretudo, o crescimento da imigração, não justifica que se ignore o significado de 4,3 milhões de portugueses e luso - descendentes a residirem no estrangeiro, os quais continuam a enviar anualmente remessas monetárias que ascenderam, em 2001, a 3700 milhões de euros (cerca de 3% do PIB nacional) (Malheiros, 2005, p.88).

Segundo Barreto e Pontes (2005), o número de estrangeiros residentes em Portugal aumentou, nos últimos anos, *de pouco mais de 20.000 para quase 500.000*, (p. 49). O número de estrangeiros imigrantes residentes e de estrangeiros naturalizados, facto novo na sociedade portuguesa, terá ultrapassado *os 300.000 (mais de 3% da população)*. *O que faz com que as famílias estrangeiras (com comportamentos demográficos diversos, mas também com padrões culturais diferentes) sejam hoje uma realidade significativa* (p. 53). Em 1960, a maioria era proveniente dos países europeus (provenientes do Brasil e de África eram mais ou menos um milhar), na actualidade, *contando apenas os legalizados (deixando de fora os naturalizados e os ilegais), o contingente brasileiro é o mais volumoso (mais de 100.000), seguido do de Ucrrianos, Cabo-verdianos e outros africanos e europeus* (pp. 49-50).

Desde meados dos anos 90 até à actualidade que Portugal tenta um modelo demográfico semelhante ao da Europa, mas se os comportamentos demográficos se reflectiram, em

mudanças das condições e estilos de vida, o mesmo não se verificou na modernização económica.

O tecido empresarial do país, o seu perfil de especialização produtiva, a estrutura sectorial do emprego e as características do mercado de trabalho modernizam-se a um ritmo bem mais lento. E é este atraso relativo que explica por que razão apenas tardiamente o modelo demográfico moderno português se associa a saldos migratórios positivos, como sucedeu na Europa desenvolvida a partir da década de 50 (Ferrão, 2005, p. 61).

Foi o desfasamento entre a modernização social e a modernização das empresas e do emprego que iniciou este ciclo de mudança. Mas o saldo positivo verificado em 1993 é o resultado de uma situação nova, pois, pela primeira vez, os movimentos migratórios comandam o crescimento efectivo da população portuguesa, invertendo a quebra da fecundidade e da natalidade. Apesar disso, em 2001, o índice sintético de fecundidade em Portugal ainda é inferior ao da média europeia. Aquela inversão anda associada ao impacto de

(...) saldos migratórios positivos. A sua sustentabilidade no tempo será tanto maior quanto mais sólida for a posição de Portugal como destino de migrações económicas. E a sua intensidade dependerá do perfil dos imigrantes entrados no país e da forma como estes se ajustam aos padrões de comportamento prevalentes na sociedade que os acolhe (Ferrão, 2005, p. 62).

A convergência com o modelo demográfico dominante na Europa é uma realidade, pois

Esta convergência de indicadores demográficos com padrões europeus reflecte uma outra convergência, mais profunda: uma aproximação em termos de condições de vida, de organização familiar, estilos de vida, sugerindo uma Europa (...) socialmente mais coesa (menores disparidades entre diferentes níveis de qualidade de vida) mas também culturalmente mais uniforme (maior harmonização de atitudes e comportamentos (Ferrão, 2005, p. 64).

Contudo, estes parâmetros deixam de ter significado quando se faz um estudo geográfico por regiões.

Apesar de os cabo-verdianos estarem em Portugal desde a década de 60, as comunidades estrangeiras só começam a surgir a partir dos anos 70. O processo de descolonização originou um *boom* na chegada de africanos que aproveitaram o processo de retorno para procurarem em Portugal melhores condições de vida.

A partir dos anos 80 começam a chegar os indianos, paquistaneses, chineses, brasileiros, embora os provenientes dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) continuem a ser em maior número, nomeadamente angolanos e guineenses.

É, no dizer de Malheiros (2005) *a segunda fase no ciclo de imigração português* (p. 103). Na passagem dos anos 80 para os anos 90 inicia-se

(...) uma terceira fase, em que se acelera o ritmo de crescimento da população estrangeira, eventualmente como efeito dos processos de regularização extraordinária de 1992/93 e de 1996, materializa-se um conjunto de circunstâncias externas e internas que permitem compreender o reforço da atracção face a cidadãos estrangeiros (Malheiros, 2005, p. 104).

Os aspectos internos que tal permitiram devem-se a opções de política liberal e crescente abertura ao exterior, nos finais dos anos 80. A crescente visibilidade dos imigrantes de Leste começa com as profundas alterações políticas dos seus países de origem e romenos, ucranianos, moldavos, polacos rumam a Portugal, onde encontram algumas facilidades de trabalho. São trabalhadores com habilitações profissionais superiores que aceitam trabalhos não qualificados, até ao momento que encontram oportunidades de adquirirem condições que lhes permitam um desempenho profissional adequado à sua formação.

Muitos, são ainda os estrangeiros que procuram Portugal após as suas reformas, nomeadamente

(...) ingleses, holandeses e alemães e de outras origens, sun-seekers que procuram beneficiar das amenidades climáticas das praias (...) do Sul do País, Algarve, “num contexto de melhoria progressiva da qualidade dos serviços, públicos e privados, prestados aos cidadãos, em geral, e aos idosos, em particular” (Malheiros, 2005, p. 105).

De salientar ainda a quantidade de chineses que chegam a Portugal e se instalam com o seu comércio de preços a baixos custos e a aposta que fazem na restauração, introduzindo gostos e sabores orientais.

Portugal tem de aprender a viver e a incluir estes novos cidadãos, na medida em que deixou de ser um país de emigrantes e começa a viver

(...) uma imigração em crescendo, em torno dos anos do século XX para o século XXI (178.000 estrangeiros em situação regular em 1988; mais de 413.000 no final de 2002, considerando os possuidores de autorizações de residência e de permanência emitidas em 2001 e 2002, momento situado no âmbito de uma conjuntura económica favorável, que conjugava dinâmicas importantes do investimento privado e público materializadas, entre outros, em grandes projectos de significado nacional (Expo 98, barragem do Alqueva, Porto – capital da Cultura, infra-estruturas várias, Euro 2004 ...), associadas a um processo de expansão do consumo das famílias (Malheiros, 2005, p. 90).

A Lei da Nacionalidade que entrou em vigor a 14 de Dezembro de 2006 é inclusiva e simplificou os processos, sendo mais ágil e mais adequada à realidade, mas será ainda necessário proceder a melhorias no sentido da prova de aferição do conhecimento da língua portuguesa para a aquisição da nacionalidade, no caso de pessoas que não sabem ler nem escrever e de pessoas deficientes.

Desde 14 de Dezembro de 2006 até 30 de Novembro de 2007 foram registados, segundo o Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, 35.347 pedidos de aquisição de nacionalidade, mais do triplo dos registados em 2005, segundo dados do Ministério da Justiça.

Deste total, 14.446 foram deferidos favoravelmente, 205 foram negativos e 18.000 encontram-se a aguardar resposta. São os cidadãos de Cabo-Verde que estão no topo da lista dos pedidos, seguidos dos brasileiros, angolanos e guineenses, num total de 50% dos requerentes.

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) diz que desde Agosto de 2007 até Abril de 2009 já emitiu 30.762 autorizações de residência, sendo 22.570 novas autorizações a estrangeiros registados antes de 2007/2008, 2.242 foram dadas a estrangeiros registados desde o início de 2007/2008 e 5.950 foram renovações. Foram concedidos 5.410 pedidos de prorrogação e desde a entrada em vigor da nova lei, foram pré-agendados 19.714 pedidos de apresentação presencial de manifestação de interesse, recorrendo os utilizadores ao portal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras para apresentarem os seus pedidos (cerca de 15.606 utilizaram o serviço *on-line*, desde a entrada em vigor do novo Decreto Regulamentar).

Os mais recentes dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), divulgados em Dezembro de 2008, dizem que, em 2005-2006, a população estrangeira com autorização de residência em Portugal cresceu 20% e atingiu 329.898 cidadãos. Este aumento resulta fundamentalmente da concessão de autorizações de residência a detentores de autorizações de permanência (cerca de 31.300). Além destes viviam em Portugal, legalmente, 32.661 cidadãos a quem foi concedida uma prorrogação da autorização de permanência, 55.391 a quem foi prolongado o visto de longa duração e 16.937 a quem foram atribuídos vistos de longa duração.

A nova Lei da Imigração – Lei nº 23/2007, de 4 de Julho – veio introduzir um novo procedimento de regularização de trabalhadores estrangeiros em Portugal, possibilitando-lhes a obtenção de uma autorização de residência para exercício de actividade profissional subordinada (trabalho por conta de outrem) mas que, não possuindo um visto adequado a esse fim, cumpriam determinados requisitos; possuam um contrato de trabalho ou tenham uma relação laboral comprovada por um sindicato, por uma associação constante de lista aprovada pelo Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI) ou pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT); tenham entrado legalmente em

território nacional e aqui permaneçam legalmente; estejam inscritos e tenham a sua situação regularizada perante a Segurança Social.

Este mecanismo tem como destinatários os imigrantes que já se encontrem integrados no mercado de trabalho.

Quase 18.000 imigrantes viram a sua situação regularizada desde Agosto de 2007 para efeitos de trabalho, data em que entrou em vigor a nova Lei de Estrangeiros. Esta tem revelado uma aposta correcta para resolver injustiças e retirar da clandestinidade milhares de imigrantes que trabalham e fazem os seus descontos.

As estatísticas mostram que a maioria dos imigrantes ilegais entram legalmente em Portugal, onde depois se tornam ilegais.

Vitorino (2008) diz haver ideias feitas que não são contestadas na relação entre os *media* e a imigração. A visão romântica que a imigração ilegal é uma aventura de travessia de fronteiras a salto não é verdadeira. Mas os *media* ajudam a criar a ideia de que o controlo de fronteiras é uma forma mais eficaz de prevenir a imigração clandestina e que, embora tenha um efeito dissuasor, não é decisivo para garantir que clandestinos não entrem no território.

Rebelo de Sousa (2008) ao abordar o papel dos *media* e a imigração diz que esta temática é cara à Europa e há que gerir a importância deste debate, mas considera que há também um aspecto que tem a ver como a forma como, nós portugueses, não soubemos relacionar o sermos tradicionalmente um país de emigrantes com o fenómeno da imigração. Aponta, ainda, que os imigrantes estão ausentes do nosso país político, não existem nos partidos, nas confederações sindicais e patronais, o que considera ser uma clivagem chocante. Os órgãos de comunicação social têm um papel importante, sob o ponto de vista pedagógico, mas é preciso que este tema chegue e seja debatido noutros sítios, como no caso da telenovela ou de um *reality show*.

Consequências da imigração

A presença dos imigrantes em Portugal traduz-se numa mudança a nível geográfico, social, económico e mesmo paisagístico. Eles deram o seu contributo para um reequilíbrio da composição por sexos, para um desaceleramento do envelhecimento da população residente, pois os que vão chegando são jovens, o que se traduz também num aumento das taxas de fecundidade e de natalidade.

Os impactos dos estrangeiros sobre a demografia em Portugal são regionalmente diferenciados, sendo maiores na Área Metropolitana de Lisboa e Algarve.

Não se sabe ainda muito bem que papel têm os imigrantes no desenvolvimento económico e social do país, quer a nível nacional, quer a nível regional. Contudo, Malheiros (2005) refere que *o balanço entre as contribuições e os benefícios era favorável aos primeiros* (p. 114). Mas eles constituem 6% do emprego nacional e a importância dos imigrantes de Leste nas regiões mais atingidas pelo declínio e envelhecimento da população é uma realidade. A presença dos imigrantes materializa-se ainda numa diversidade sociocultural, pois *esta situação, que nos põe em contacto com o outro, diferente nos hábitos e nas práticas, na cor da pele e na língua, embora coloque desafios, implica, claramente, um enriquecimento do país* (p. 115).

Uma boa integração social, baseada numa igualdade de direitos entre todos, numa convivência sadia de tolerância e respeito pelas diferenças, deve colocar de parte o medo de que os imigrantes sejam uma ameaça e banir os sentimentos de racismo e xenofobia.

É no campo da família, no espaço da intimidade e na rede de laços de proximidade guiados pelos afectos que as relações de género se estruturam. É aí que se geram os maiores desequilíbrios de equidade entre homens e mulheres, como é também ao nível da família que se devem procurar as principais soluções para este défice.

Sendo a família o seu terreno de germinação, as relações de género não se esgotam.

A montante da família encontra-se o quadro de valores, representações práticas e socioculturais que configura a organização e a dinâmica familiar. A jusante, as relações de género “produzidas” na família reproduzem-se em diversas esferas, como da educação, do emprego, da cidadania, que, por sua vez, vão influenciar a matriz familiar (Sylvia Walby, 1990) (André, 2005, p. 79).

As desigualdades entre género, em vez de se minimizarem, são cada vez mais visíveis desde que a mulher reivindica os seus direitos, que passam pela sua independência económica, pela competitividade nas empresas, pelo direito ao voto, pela assunção da sua sexualidade e da sua conjugalidade, pelo conhecimento e prática da contracepção, pelo direito à educação e ao emprego. A população feminina alimenta os mais diferenciados mercados de trabalho e abandona os modelos familiares tradicionais que têm como pilar a subordinação e o trabalho doméstico.

Com a aprovação da Constituição em 1976, a igualdade entre homens e mulheres passou a ser uma realidade, que a prática, muitas vezes, torna apenas teórica. Mas se é certo que o desenvolvimento dos serviços sociais alargou as oportunidades de emprego para as mulheres e facilitou o seu percurso profissional, a educação teve um papel decisivo na mudança de mentalidade da população portuguesa, pois uma escolaridade maciça e obrigatória influenciaram o mercado de trabalho. O nível de instrução/formação dos mais jovens progrediu de tal forma, que, hoje, a população feminina encontra-se numa situação de superioridade, nomeadamente na frequência do ensino superior.

Também as políticas públicas e os programas de formação profissional e de apoio à empregabilidade têm contribuído para uma equidade de género. Contudo,

Nos mercados de trabalho em que a flexibilidade do trabalho é um factor estratégico relevante de competitividade das empresas, a falta de disponibilidade e a reduzida mobilidade da população feminina, decorrentes das responsabilidades familiares, são uma desvantagem considerável (André 2005, p. 83).

O acesso aos fundos estruturais comunitários, no campo das oportunidades de formação profissional, constituiu uma aposta positiva para uma equidade de género, a não ser nos campos de uma instrução de nível superior onde há predomínio do género masculino.

Os apoios dados aos imigrantes devem ser dados no sentido de ultrapassarem as barreiras de desconhecimento da língua, de funcionamento das instituições, de informação vária, mas deixando espaço a que os diferentes grupos étnicos, religiosos e sociais possam desenvolver as suas práticas de origem.

Segundo Peixoto (2009) a demografia portuguesa futura irá conhecer contornos hoje familiares a muitas outras sociedades europeias, como menor potencial de crescimento, maior coexistência entre gerações, maior longevidade e certamente maior diversidade cultural. Haverá um maior cosmopolitismo e consolidação de nova identidade nacional. A demografia pode condicionar as escolhas, mas são os mecanismos sociais que irão desenhar os caminhos futuros. As dinâmicas da população portuguesa, como o êxodo rural, a urbanização crescente, a emigração e a imigração, não contribuíram para a renovação de gerações. Embora, nos últimos anos a população residente tenha mantido mais ou menos os mesmos efectivos, tal deve-se, principalmente, aos imigrantes, sobretudo imigrantes de países africanos, que apresentam, na globalidade, taxas de natalidade um pouco superiores à dos imigrantes dos países de leste, assim como ao aumento da esperança média de vida. Mas, sem os imigrantes o envelhecimento seria ainda mais rápido e a actividade económica estaria profundamente condenada.

A transição demográfica em Portugal (Ferrão, 2005) é um processo a várias velocidades, sem ter uma via única. Sendo este ritmo diferente de país para país, também é diferente de região para região e de concelho para concelho, o que tem a ver com os momentos de partida de cada um e com factores de natureza endógena e exógena. São factores de ordem económica, sociocultural e política que levam a que haja ou abertura ou resistência à mudança, desenhando fortes assimetrias geográficas, pois

Municípios onde a quebra da natalidade apenas em 1990 leva à ocorrência de valores inferiores ao da taxa de mortalidade, (municípios urbanos do Norte e Centro Interior - Chaves, Mirandela, Bragança -, com saldos naturais negativos;

A sangria populacional sistemática devida às migrações internas ou para o estrangeiro afectou uma grande parte dos concelhos do interior, que se transformaram em áreas de repulsão e que apresentam quebras acentuadas das taxas de mortalidade e de natalidade, pois os que saem são sobretudo os mais jovens, em plena força de trabalho. São regiões praticamente desertas e profundamente envelhecidas (Ferrão, 2005, pp. 70-71).

Análise contextual

Bragança, capital de um distrito constituído por doze municípios, fica localizada no Nordeste de Portugal. Inserida numa paisagem de contrastes naturais, apresenta características de relevo montanhoso, aqui e ali ponteadas por pequenos rincões aplanados por uma erosão que, paulatinamente, tem deixado as suas marcas. O seu clima, ora um pouco agreste no Inverno, ora quente no Verão, tanto desperta o encanto único de uma tradição convival à volta da lareira, como anima uma festa de rua.

O Parque Natural do Montesinho envolve-a, a Norte, num manto de beleza natural e humana únicas e marca a fronteira com a Espanha.

Bragança, enfiada nos confins montanhosos do Nordeste, antiquíssima, foi centro romano assinalável, foi destruída nas lutas de mouros e cristãos, saqueada, reconstruída, ocupada por espanhóis e franceses e nada mais natural que ostente as marcas de tão vivida existência

Veja-se a **Cidadela** (núcleo da primitiva Brigantia), a **domus municipalis** (cisterna e conclave dos homens bons, que é exemplar único no género em toda a Península e data do século XIII), veja-se o castelo (700 metros de muralhas) rodeado de torreões circulares com a torre de menagem, a **Torre da Princesa**, e as **portas de Sol e da Traição** (castelo dos melhores conservados do país, veja-se tudo isso à luz de épicas lutas enterradas na memória e na lenda (Silva e Tavares, 1995, p. 146).

A Igreja de Santa Maria e segundo Silva e Tavares (1995) o Pelourinho, que *com um berrão a servir de base ao fuste (a chamada “porca da vila”, estátua totémica de culto antigo pelo porco) e as carrancas do respectivo capitel* (p. 147), completam o conjunto arquitectónico da Cidadela. Galgando essa fronteira, Bragança estendeu-se, cresceu, apresenta avenidas e ruas largas, belos jardins e belas zonas residenciais.

O centro da cidade, com a emblemática Praça da Sé, ponto de encontro das gentes da cidade, possui alguns monumentos, erguendo-se o Cruzeiro no centro e encontrando-se ladeada pela Sé Catedral, pelo Centro Cultural Municipal, pelo Centro Cultural Paulo Quintela, pelo Museu de Arte Contemporânea Graça Morais e pelo Museu Abade Baçal.

As festas sagradas cruzam-se com as festas profanas. Em Agosto, as festas de Nossa Senhora das Graças, no dia 22, que é também o dia da Cidade, as ofertas culturais e de entretenimento são diversificadas. As ruas estão em festa e acolhem uma multidão que

prazenteiramente vive a sua Cidade. No Inverno, são práticas ainda visíveis as Festas das Máscaras e dos Caretos e as Festas dos Rapazes com rituais de passagem.

A Gastronomia típica, à base de carnes provenientes do gado suíno (divinais os enchidos e o presunto), bovino, ovino e caprino, faz as delícias dos locais e de quem visita a cidade.

Cidade do interior, tem uma população fixa de cerca de 35.000 habitantes e uma população flutuante de cerca de 5.500 alunos, que lhe é dada pela existência do Instituto Politécnico que, com as suas quatro escolas de ensino superior, atrai uma população estudantil nacional (Continente, Açores e Madeira) e estrangeira (de mais ou menos 400 alunos), proveniente de vários países da Europa (estudantes *Socrates/Erasmus*) e do Mundo da Lusofonia (Brasil e PALOP). A vida na cidade anima-se, cruzam-se tradições, enriquecem-se e introduzem-se novas vivências.

Bragança encontra-se ligada aos principais pólos de desenvolvimento nacional e a Espanha, via de escoamento para uma Europa da qual se encontra cada vez mais próxima, por via rodoviária, pois as acessibilidades têm melhorado consideravelmente.

Os seus habitantes, gentes causticadas pela agressividade da terra e do clima, desempenham funções mais ligadas ao terciário inferior e superior, pois distribuem-se por serviços variados que vão desde pessoal auxiliar e administrativo a professores, médicos, engenheiros, bancários, advogados e outros.

Importante centro manufactureiro de veludos, damascos e outros tecidos de luxo, de alguma qualidade e quantidade de vendas, nos séculos XV e XVI, hoje não tem uma cultura industrial de grande importância, pois insere-se numa região económica de indústria incipiente, pontuada aqui e ali por pequenas indústrias resultantes da transformação de produtos locais provenientes, essencialmente, de agricultura de subsistência que foi, progressivamente, sendo abandonada, primeiro pelas gentes que emigraram e agora pelos fracos rendimentos que daí advêm. Socialmente, faz parte de uma região com forte pendor de emigração, de envelhecimento da população e de desertificação do meio rural, onde, há alguns anos, começaram a chegar imigrantes provenientes dos países de leste (destacando-se, pela quantidade os imigrantes provenientes da Ucrânia e da Moldávia) e da América Latina (destacando-se, pela quantidade, os imigrantes oriundos do Brasil).

É no turismo rural, de carácter cinegético, ambiental e paisagístico, que entidades públicas e privadas têm feito investimentos significativos. Apresenta boa cobertura hoteleira e as várias feiras e festas realizadas ao longo do ano, de que se destaca, a 3 de

Maio, a tradicional Feira das Cantarinhas, procuram ser o expositor dos produtos endógenos e de animação sociocultural das populações.

As artes e ofícios tradicionais (tecelagem, couros, buréis, olaria, cestaria, trabalhos em cobre, etc.), estão a cargo de artesãos, na sua maioria adultos e velhos, o que coloca em causa a continuidade dos mesmos e a transmissão de saberes. Integrados na pluriactividade de muitas famílias, fazem parte da ruralidade da região e são vendidos nos mercados locais, servindo de base à subsistência das gentes que os praticam.

Metodologia

Com o objectivo de analisar e interpretar os dados foi utilizada como metodologia o método de medida ou de análise extensiva, cujas técnicas de pesquisa, de observação não participante, foram os inquéritos por questionário, com perguntas abertas e fechadas (elaborados pela autora do estudo e aplicados por administração indirecta), durante o mês de Março de 2009 e uma entrevista formal, estruturada, com roteiro previamente estabelecido, (elaborada e aplicada pela autora do estudo) ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bragança, no final do mês de Maio de 2009.

Conseguiu-se, assim, uma análise multifacetada da problemática em estudo, pois a integração dos imigrantes realiza-se, sobretudo, a nível local/regional, tendo sempre presente a colaboração de diferentes instituições, nomeadamente o poder autárquico.

Tendo sido contactadas algumas instituições, nomeadamente o Serviço de Emigrantes e Fronteiras (SEF), foi muito difícil obter dados fidedignos sobre a população imigrante residente em Bragança. Então, procedeu-se à sinalização de alguns imigrantes, conseguindo-se contacto ora com uns ora com outros indicados por estes. Sessenta e oito imigrantes sinalizados constituíram a amostra, aleatória e intencional que permitiu a recolha de dados quantitativos e qualitativos que permitiram este estudo. De salientar as dificuldades obtidas na aplicação dos inquéritos por questionário aos imigrantes chineses, que sabemos residirem, alguns, em Bragança, mas dos quais só foi possível inquirir três, escudando-se a maioria na não compreensão da língua.

A pesquisa bibliográfica permitiu construir o quadro conceptual de apoio.

Análise e apresentação dos resultados

A análise dos dados foi feita evidenciando sempre as opiniões demonstradas, de forma quantitativa, no caso das questões fechadas e de forma qualitativa, no caso das questões abertas. Nem sempre o somatório das respostas corresponde ao número exacto dos

inquiridos em cada país, pois nas respostas de escolha múltipla foram eleitas, pelos mesmos, várias opções e outras vezes não foram dadas respostas ou razões justificativas a algumas perguntas. Esta análise foi consolidada, de forma qualitativa, com os dizeres do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bragança.

Assim, para a questão:

1. “Escreva o nome do país de origem”, como mostra o gráfico 1, os imigrantes foram agrupados como provenientes 50% dos Países de Leste (Ucrânia, Moldávia, Roménia; Bulgária e Rússia); 28% da América Latina (Brasil, Argentina, Paraguai e Colômbia); 7% dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP (Angola, Moçambique e Cabo-Verde); 10% da Europa Central/Sul (Suíça, França, Espanha e Itália); 4% da China e 1% do Canadá.

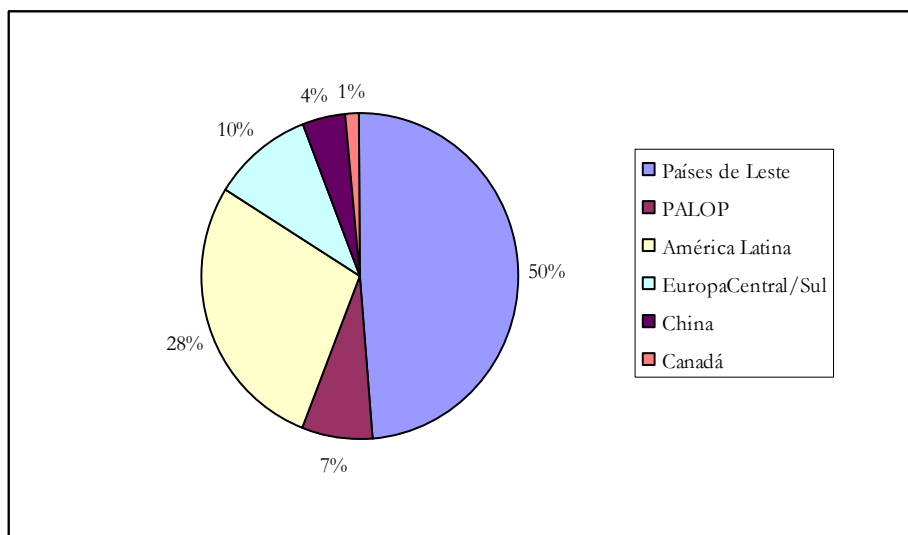


Gráfico 1 – Proveniência dos imigrantes

Contudo, como se observa no gráfico 2, se analisarmos a proveniência dos imigrantes por cada um dos países que constituem os blocos acima considerados, verificamos que essa proveniência não é uniforme, pois dos Países de Leste, a Ucrânia contribuiu com 25% dos imigrantes chegados a Bragança, a Moldávia com 16%, a Roménia com 4%, a Bulgária e Rússia com 1% cada um. A contribuição da América Latina é dada pelo Brasil com 24%, a Argentina, o Paraguai e a Colômbia com 1% cada um. A contribuição dos PALOP é dada por Angola com 4%, Moçambique e Cabo-Verde com 1% cada um. Da Europa Central/Sul, a França contribui com 4%, a Espanha com 3% e a Itália e a Suíça com 1%, cada um. A China contribui com 4% e o Canadá com 1%.

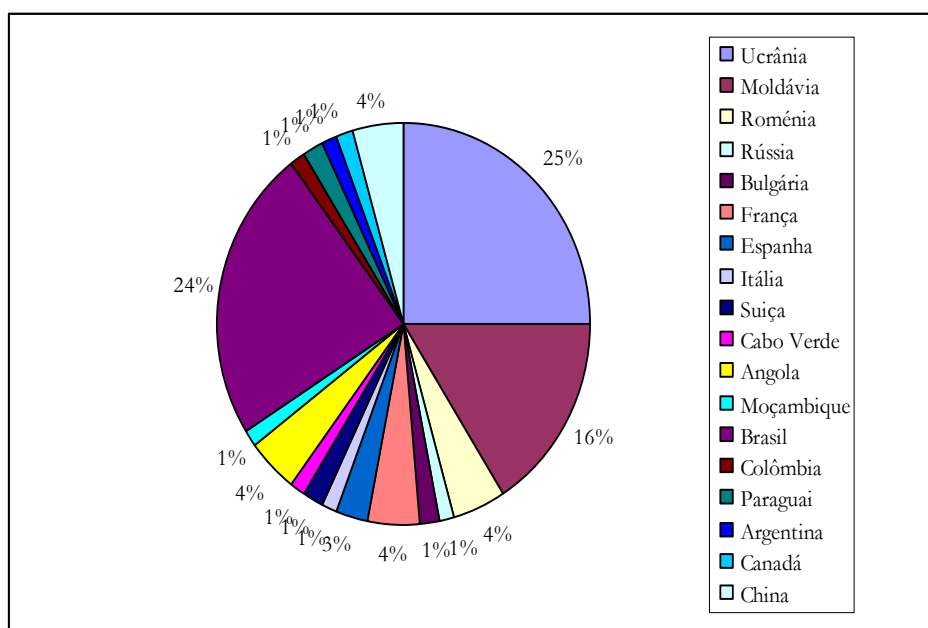


Gráfico 2 – Imigrantes por país de origem

2. A idade dos inquiridos, num total de sessenta e oito, varia entre os dezoito e os sessenta e dois anos de idade, contudo para a análise da questão “Escreva a sua idade”, os dados foram agrupados em classes com intervalo de cinco.

Assim, tal como se pode verificar no gráfico 3, dois imigrantes apresentam menos de 20 anos de idade.

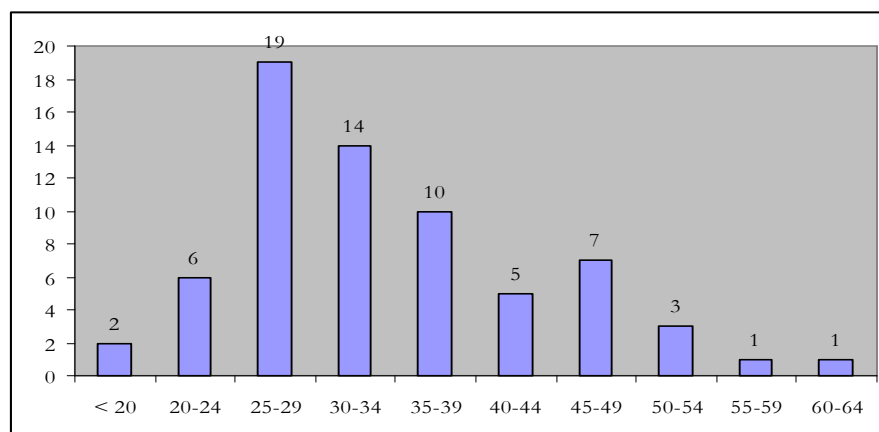


Gráfico 3 – Número de imigrantes por grupos de idade

Apenas um imigrante tem uma idade compreendida entre os 55-59 anos e também apenas um imigrante apresenta uma idade compreendida entre os 60-64 anos de idade. Não é significativo o número de imigrantes nem com menos de 20 nem com mais de 55 anos de idade.

Contudo, a maioria, dezanove imigrantes, apresenta uma idade compreendida entre os 25-29 anos; seguida de catorze imigrantes com uma idade compreendida entre os 30-34 anos de idade. Dez dos imigrantes têm uma idade entre os 35-39 anos; sete entre os 45-49 anos; seis entre os 20-24 anos e cinco entre os 40-44 anos. Apenas três dos imigrantes inquiridos apresentam uma idade compreendida entre os 50 e os 54 anos.

Como se pode constatar no quadro 1, as idades máxima e mínima dos imigrantes variam de país para país e em cada país variam também com o sexo.

Assim, a idade máxima do sexo masculino pertence ao imigrante de Moçambique, com sessenta e dois anos e a idade mínima ao da Moldávia com 18 anos de idade. A média de idades do sexo masculino é maior nos imigrantes da Ucrânia, com 37,1 anos e menor nos imigrantes brasileiros com 29,3 anos. A idade modal no sexo masculino é também maior nos imigrantes da Ucrânia, com 33 anos e menor nos brasileiros, com 30 anos. Os outros países não apresentam idade modal. Quanto à idade mediana os imigrantes franceses registam a mais elevada, com 35 anos e os brasileiros a mais baixa, com 30 anos.

País	Sexo ♀	Idade max. ♀	Idade mín. ♀	Idade média ♀	Idade modal ♀	Idade medi ana ♀	Sexo ♂	Idade max. ♂	Idade e mín. ♂	Idade média ♂	Idade modal ♂	Idade medi ana ♂
China	2	38	32	35	-	35	1	32	-	-	-	-
Argentina	1	26	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rússia	-	-	-	-	-	-	1	38	-	-	-	-
Espanha	-	-	-	-	-	-	2	44	25	34,5	-	34,5
França	1	38	-	-	-	-	2	45	25	35	-	35
Suíça	-	-	-	-	-	-	1	32	-	-	-	-
Itália	-	-	-	-	-	-	1	54	-	-	-	-
Moldávia	5	48	27	37,6	27	41	6	57	18	34,5	-	31,5
Roménia	3	23	22	22,6	23	23	-	-	-	-	-	-
Bulgária	1	38	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Brasil	9	45	21	31,6	29	29	7	32	27	29,3	30	30
Ucrânia	6	52	29	37,8	29	36,5	11	47	29	37,1	33	34
Colômbia	1	26	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paraguai	1	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Angola	3	38	19	21	-	25	-	-	-	-	-	-
Moçambique	-	-	-	-	-	-	1	62	-	-	-	-
Cabo Verde	1	54	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Canadá	-	-	-	-	-	-	1	26	-	-	-	-

Quadro 1 – Imigrantes por sexo e idade segundo o país de origem

Quanto ao sexo feminino a idade máxima pertence à imigrante de Cabo-Verde, com 54 anos de idade e a mínima à imigrante de Angola com 19 anos de idade. A média de idades mais baixa é 21 anos e pertence às imigrantes de Angola e a máxima é de 37,8 anos e pertence à Ucrânia. A idade modal mais elevada, 29 anos, pertence ao Brasil e à Ucrânia, ambos com 29 anos cada um e a mais baixa, 23 anos, é das imigrantes romenas. A idade

mediana apresenta valores mais altos nas imigrantes da Moldávia, 41 anos e valores mais baixos nas imigrantes da Roménia, 23 anos.

Globalmente, comparando os homens e as mulheres imigrantes, aqueles apresentam uma idade máxima maior (67 contra 54 anos) e uma idade mínima menor (18 contra 21 anos); uma idade média máxima menor (37,1 contra 37,8 anos) e mínima maior (29,3 contra 21 anos); uma idade modal máxima e mínima mais elevadas (33 contra 29 anos e 30 contra 23 anos, respectivamente), uma idade mediana máxima (34,5 contra 36,5 anos) mais baixa e uma idade mediana mínima (30 contra 23 anos) mais elevada.

3. Como resposta à questão “Mencione o seu sexo”, presente no gráfico 4, podemos verificar que 50% dos imigrantes eram do sexo feminino e 50% eram do sexo masculino, o que lança por terra a ideia tradicional de que primeiro imigravam os homens e só depois iam buscar, ou mandavam vir, a mulher e os filhos. Contudo, os filhos de alguns imigrantes continuam a ficar longe dos pais, no seu país de origem.

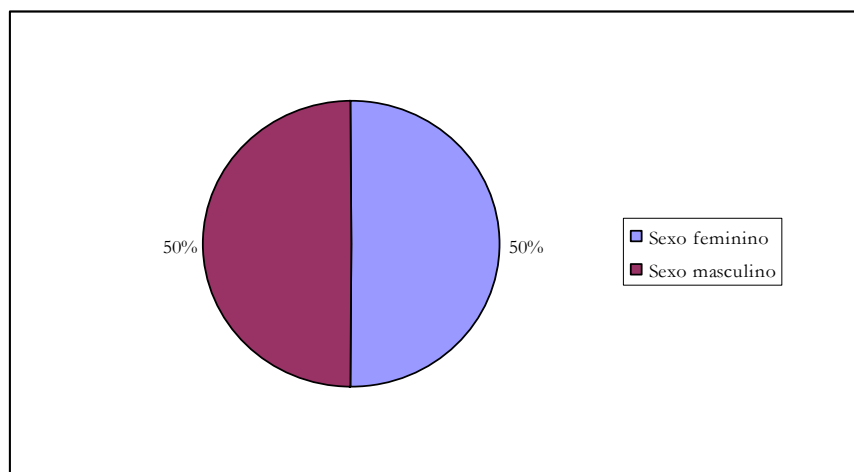


Gráfico 4 – Número total de imigrantes por sexo

Ao analisarmos os imigrantes por sexo e por país de origem verificamos, nos gráficos 5 e 6, que da Ucrânia 18% dos imigrantes eram do sexo feminino e 31% do sexo masculino.

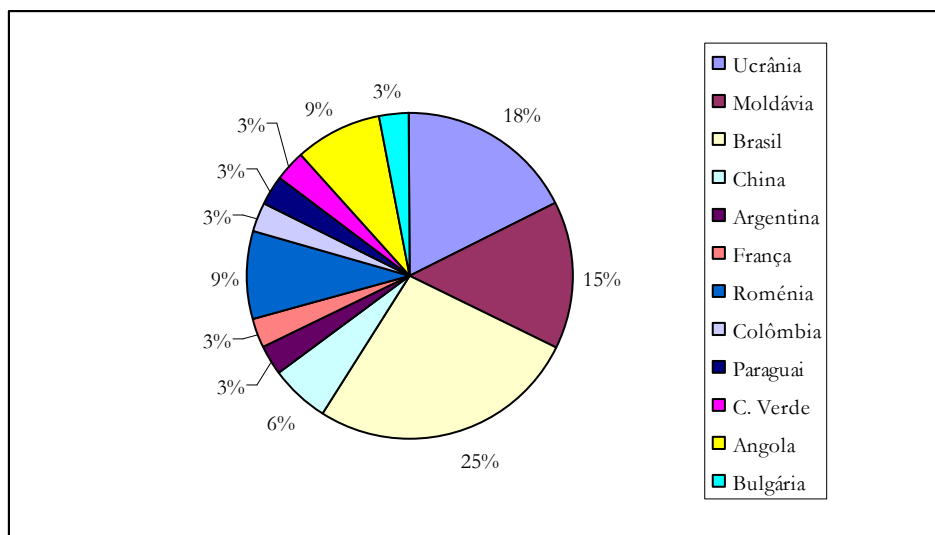


Gráfico 5 - Imigrantes do sexo feminino segundo o país de origem

Da Moldávia 15% do sexo feminino e 18% do sexo masculino. Do Brasil 25% eram do sexo feminino e 21% do masculino. Angola e Roménia apresentam, cada um, 9% de imigrantes apenas do sexo feminino e a China tem 6% do sexo feminino e 3% do sexo masculino. Com 3% do sexo feminino destacam-se a Argentina, o Paraguai, a Colômbia, a Bulgária, a França e Cabo Verde.

A Espanha e a França apresentam, cada um, 6% de imigrantes do sexo masculino; a Rússia, a China, Moçambique, Canadá, Suíça e Itália apresentam, cada um, 3% de imigrantes do sexo masculino.

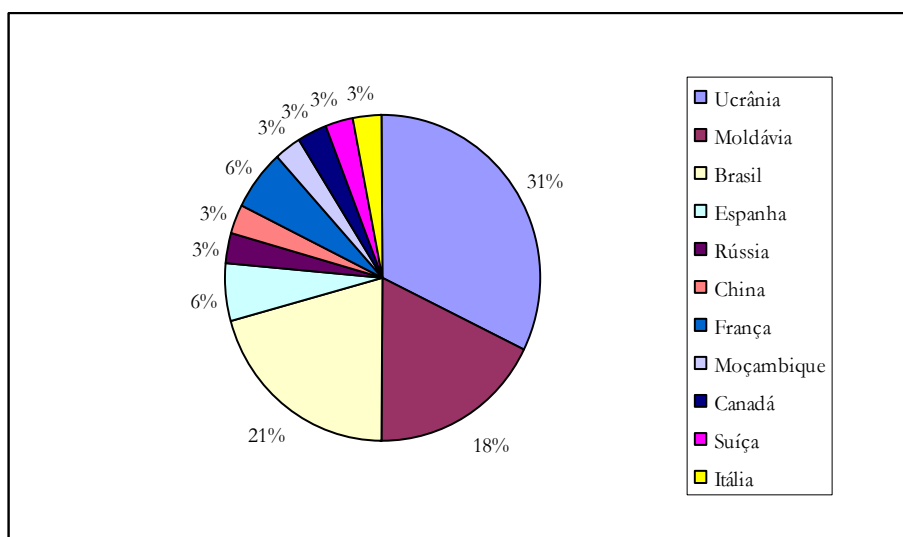


Gráfico 6 - Imigrantes do sexo masculino segundo o país de origem

4. Para a questão “Refira o seu estado civil”, cujas respostas dos inquiridos estão presentes no gráfico 7, verificou-se que 53% eram casados, 38% solteiros, 6% divorciados e 3% viúvos.

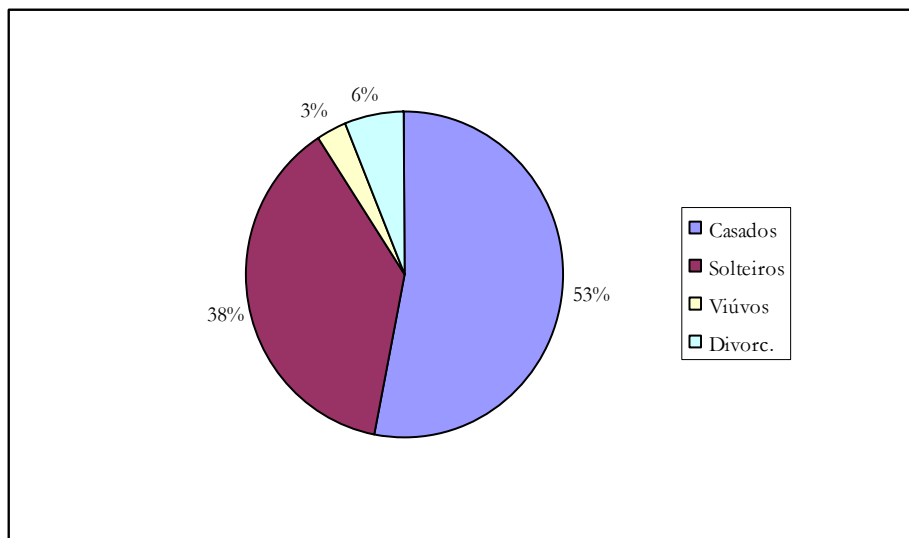


Gráfico 7 – Estado civil dos imigrantes

A percentagem de casados é superior em 15% relativamente à percentagem de solteiros, não sendo significativo o valor percentual de viúvos e divorciados.

Se analisarmos o estado civil por sexo e por país de origem, como mostra o gráfico 8, verificámos que da Ucrânia chegaram dez imigrantes casados, três solteiros, uma casada, uma solteira e uma viúva; da Moldávia chegaram cinco casadas, três casados e três solteiros; do Brasil quatro casadas, três solteiras, duas divorciadas, um casado, quatro solteiros e dois divorciados em que um diz *Moro junto*; da China uma casada, uma solteira e um casado; da França uma casada, um casado e um solteiro; da Espanha um solteiro e um divorciado; da Argentina uma solteira; da Roménia três solteiras; da Colômbia uma solteira; do Paraguai uma casada; da Bulgária uma casada; da Rússia um casado; da Itália um casado; de Angola duas casadas e uma solteira; de Moçambique um viúvo; de Cabo Verde uma casada; do Canadá um solteiro. O imigrante da Suíça diz apenas *Moro junto* e um inquirido da Ucrânia não respondeu.

O maior número de imigrantes casados é proveniente da Ucrânia (10) e o maior número de imigrantes casadas é proveniente da Moldávia (5), logo seguida do Brasil (4). O maior número de imigrantes solteiros é proveniente do Brasil (4), logo seguido pela Ucrânia (3) e pela Moldávia (3) e o maior número de imigrantes solteiras é proveniente do Brasil (3) e da Roménia (3).

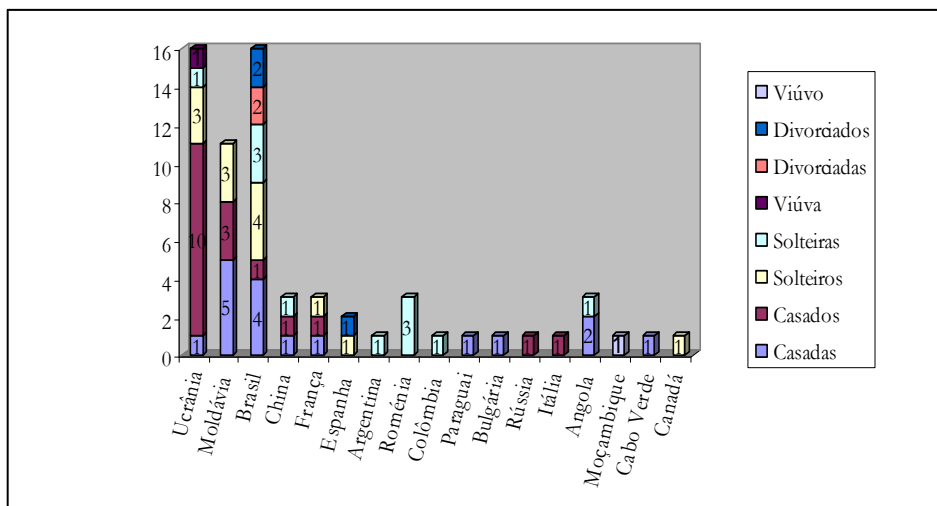


Gráfico 8 – Estado civil dos imigrantes, por sexo, segundo o país de origem

5. A resposta à questão “Mencione a idade que tinha quando imigrou”, está impressa no quadro 2, sendo que os que imigraram mais jovens são provenientes de Angola (com 3 e treze anos de idade, a primeira ainda criança), da Moldávia (com 12 e 16 anos de idade), da Argentina e da Espanha (com 17 anos de idade cada um).

Países	Idade com que imigrou (anos)	Total de imigrantes
Argentina	17	1
Espanha	17, 35	2
França	20, 21, 30	3
Rússia	32	1
China	26, 30, 34	3
Brasil	18	2
	20, 21, 22, 24, 26, 27, 29, 31, 35	9
	25	3
	30	2
Moldávia	12, 16, 20, 23, 27, 30, 33, 42, 50	9
	37	2
Ucrânia	21, 22, 23, 26, 31, 32, 35, 37, 38, 40, 41, 46	12
	25, 29	4
	Não respondeu	1
Roménia	21	3
Colômbia	22	1
Paraguai	23	1
Bulgária	30	1
Suíça	26	1
Itália	35	1
Angola	3	1
	13	1
	23	1
Moçambique	35	1
Cabo Verde	21	1
Canadá	23	1

Quadro 2 – Idade com que imigrou segundo país de origem

Do Brasil, o que imigrou com idade mais jovem tinha dezoito anos e os imigrantes mais jovens da Ucrânia e da Roménia tinham 21 anos. Os que imigraram com idade mais avançada foram os provenientes da Moldávia (42 e 50 anos de idade) e os da Ucrânia (41 e 46 anos de idade). A imigrante do Paraguai diz ter imigrado *com 21 anos de idade via França e com 23 vim para Bragança*.

O quadro 3 agrupa os imigrantes por classes ou grupos etários com intervalos de 5.

A sua análise permite constatar que os imigrantes que chegaram a Bragança em maior número tinham idades compreendidas entre os 20-24 anos (19) e entre os 25 – 29 anos (14), logo seguidos dos que tinham entre 30-34 anos de idade (12). Eram, sobretudo, imigrantes jovens.

Grupos etários (Idade em anos)	Imigrantes
[0 - 4]	1
[5 - 9]	0
[10 - 14]	2
[15 - 19]	5
[20 - 24]	19
[25 - 29]	14
[30 - 34]	12
[35 - 39]	9
[40 - 44]	3
[45 - 49]	1
[50 - 54]	1

Quadro 3 – Agrupamento dos imigrantes por classes etárias

6. Para a questão “Escreva o número de elementos que constituem o seu agregado familiar”, como evidencia o gráfico 9, é de salientar que os imigrantes do Brasil são os que têm um agregado familiar mais numeroso (80 elementos na globalidade), vivendo em Bragança trinta e três elementos e no país de origem quarenta e sete. Dos imigrantes da Ucrânia, com sessenta e seis na totalidade, trinta e seis vivem em Bragança, trinta no país de origem e dois não responderam a esta questão. De salientar ainda os imigrantes da Moldávia com um agregado familiar de quarenta e seis elementos e a viver em Bragança trinta e três. Embora em número reduzido os imigrantes de Angola (são apenas três) apresentam vinte e três elementos como agregado familiar total, mas vivem em Bragança apenas catorze.

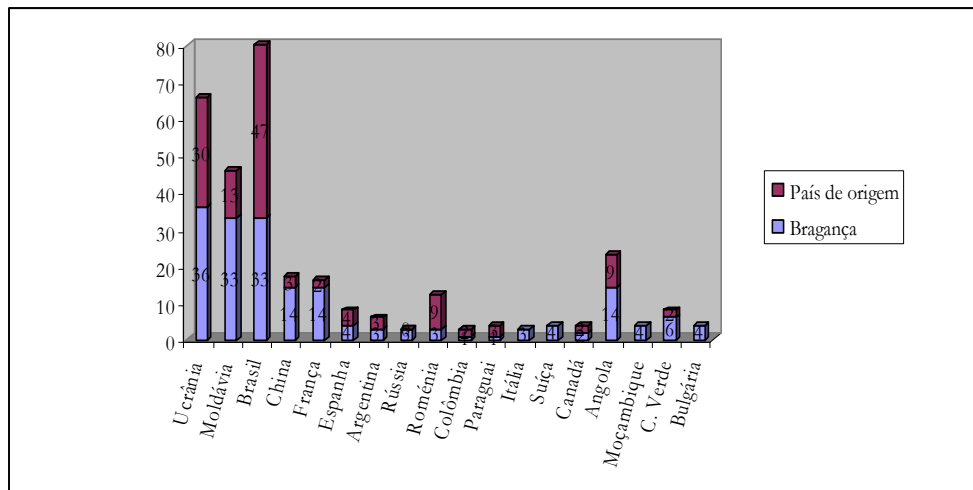


Gráfico 9 – Elementos do agregado familiar segundo o país de origem

7. Tendo sido dadas várias opções para a questão “Assinale as habilitações académicas que possuía no momento em que imigrou”, deduz-se pelo gráfico 10 que os imigrantes ucranianos são os que possuem maiores habilitações académicas, oito com curso superior, quatro com curso médio, quatro com o 12º ano, o que os torna em mão-de-obra mais qualificada, mas não aproveitada de acordo com a sua qualificação. De salientar, embora não constem no gráfico, que uma imigrante proveniente de Angola e uma do Brasil assinalaram “Outras” porque, a primeira, quando imigrou *Tinha apenas três anos de idade* e a segunda diz ser *Mestre em Direito*. O imigrante russo diz ter outras habilitações mas não indicou quais. Além dos oito ucranianos já mencionados, possuem habilitações com um curso superior, perfazendo um total de dezanove, mais duas imigrantes romenas, uma moldava, duas brasileiras (incluída a que diz ser mestre em Direito), um francês, dois espanhóis, o suíço, o canadiano e uma angolana.

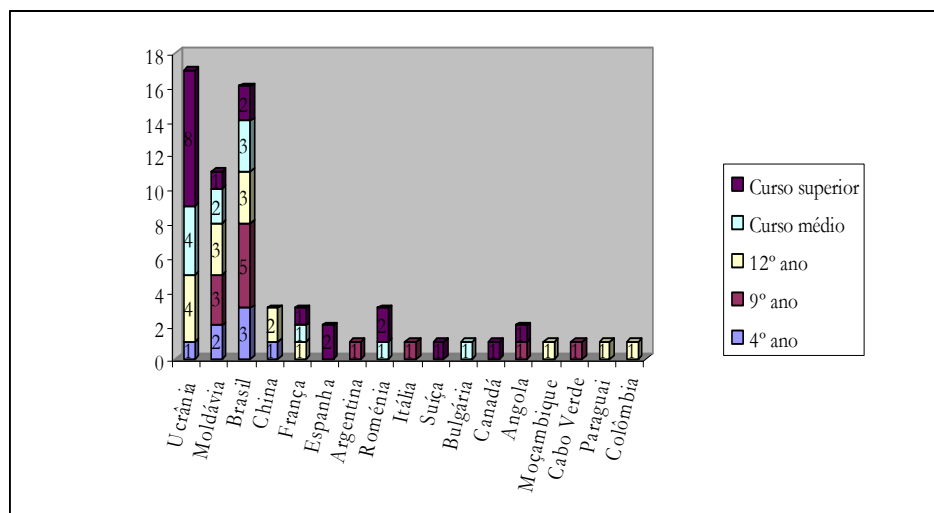


Gráfico 10 – Habilitações académicas dos imigrantes segundo o país de origem

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bragança, questionado sobre a forma como tenta enquadrar os diferentes imigrantes em empregos adequados à sua formação, de acordo com as suas qualificações, ou se segue outros critérios retorquiu que

Os serviços da Autarquia, ao realizar o atendimento e acompanhamento, e se verificar que pode coadjuvar os imigrantes neste processo de integração no mercado de trabalho, sensibiliza o Centro de Emprego para a procura de uma estratégia de inserção no mercado de trabalho que rentabilize e permita a procura de um emprego adequado às suas competências e qualificações, obtidas no seu país de origem (pese embora as necessárias diligências para o reconhecimento oficial dessas mesmas habilitações).

Alerta, contudo, para

(...) a dificuldade em encontrar empregos qualificados se aplica tanto para a população local de nacionalidade portuguesa, como para a população imigrante.

Mas parece estar atento aos problemas e às insatisfações que os imigrantes apresentam, pois tem implementado políticas activas, no sentido de contribuir para uma integração plena dos que aqui se radicam, pois

(...) os nossos serviços estão atentos às necessidades e aos problemas que afectam as diferentes comunidades imigrantes residentes no concelho de Bragança. A sua resolução não passará apenas pela intervenção isolada da Autarquia, mas antes pela operacionalização de parcerias formais e informais no contexto da Rede Social de Bragança. Deste modo, após uma análise casuística e tecnicamente fundamentada de cada problema ou dificuldade apresentada oferecemos diferentes respostas sociais, de acordo com o que julgamos serem boas práticas nesta matéria específica da população imigrante. A parceria que celebrámos com a Autarquia de Macedo de Cavaleiros revela bem a nossa preocupação na articulação com um CLAI – Centro Local de Apoio ao Imigrante no distrito, que vem colmatar e coadjuvar neste processo de inclusão social da população imigrante residente no nosso território.

8. Entre as várias opções apresentadas para a questão “Indique as principais razões que o levaram a imigrar”, pode ser observado no gráfico 11 que predominam as razões de natureza económica para doze imigrantes ucranianos, treze brasileiros e onze moldavos. Alguns dos inquiridos referiram mais do que uma razão e um imigrante chinês e o moçambicano dizem ter imigrado também por razões de natureza política. Uma imigrante angolana refere razões de natureza política acrescidas de questões *Familiares*. A imigrante de Cabo Verde referiu apenas que o que a levou a imigrar foram questões de *Foro pessoal*. A imigrante da Argentina, um de Espanha e dois de França dizem ter vindo para Bragança por questões *Familiares* e três provenientes da Ucrânia não responderam porque saíram do

seu país. Uma imigrante da Ucrânia e uma brasileira dizem que as razões que as levaram a vir para Portugal foram de natureza religiosa, mas só o brasileiro justificou dizendo que *A futura esposa quer casar aqui*.

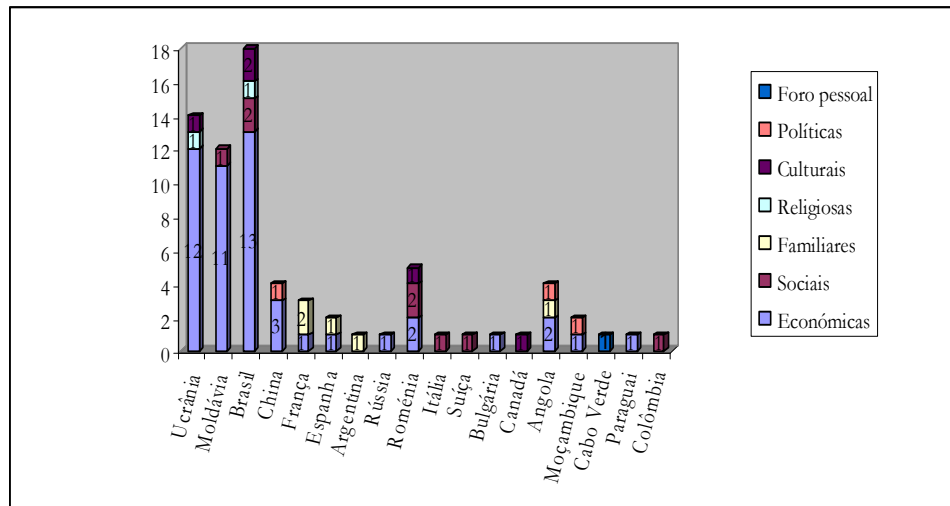


Gráfico11 – Razões que o levaram a imigrar segundo o país de origem

9. Sendo dadas várias hipóteses de escolha ao pedir que “Assinale as razões que considerou mais importantes para a escolha deste país”, visível no gráfico 12, predomina o terem família/amigos, sendo bem evidente no caso dos imigrantes ucranianos (9), dos moldavos (7) e dos brasileiros (9), em que estes também o fizeram por terem conhecimento da língua (8). Apenas uma imigrante romena diz ter escolhido Portugal por ser mais fácil aprender a língua e três da Moldávia assinalam ser mais fácil a viagem. Um imigrante ucraniano, um francês e a cabo-verdiana dizem ter vindo por saberem falar a língua. Três imigrantes ucranianos conheciam o apoio dado aos imigrantes e quatro tinham emprego pré-determinado, bem como cinco imigrantes brasileiros.

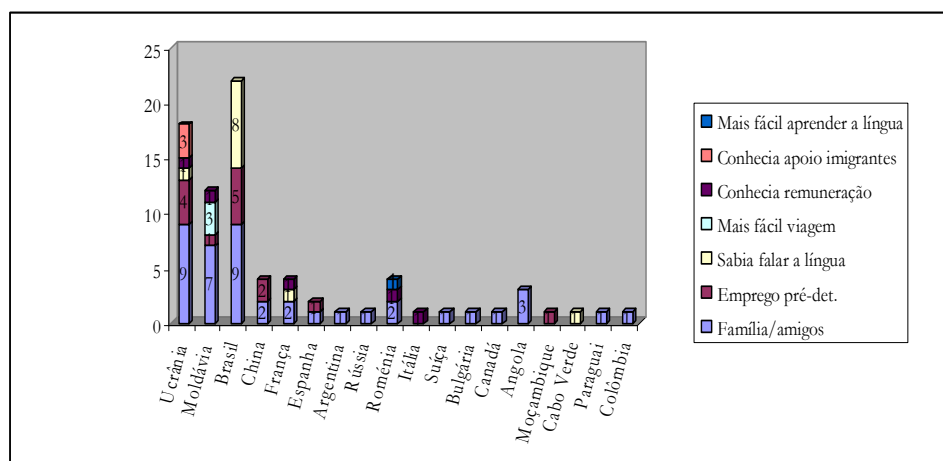


Gráfico 12 – Razões porque escolheram Bragança segundo o país de origem

Quando foi colocada a questão ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bragança se estava preocupado com o problema dos imigrantes não falarem a língua portuguesa, que meios disponibilizava e como agia face à promoção dessa aprendizagem diz saber

Por experiência própria que a integração social dos imigrantes depende significativamente da competência com que falamos a língua do país acolhedor, veja-se o fenómeno da emigração no século XX, que marcou profundamente o Distrito de Bragança e Alto Trás-os-Montes e as dificuldades sentidas pelos nossos emigrantes.

O Município tem apoiado financeiramente e com a periodicidade anual, os agrupamentos de escolas deste concelho, sendo através das escolas que privilegiadamente se actua no domínio da aprendizagem da língua portuguesa para estrangeiros. Este apoio é decisivo pois constitui uma primeira linha de actuação sobre a recepção e consolidação da sua permanência no concelho, facilitando a sua integração no mercado de trabalho, na sociedade em geral e permitindo um verdadeiro diálogo na interacção com os restantes habitantes do concelho.

10. “Refira se o processo de deslocação foi feito de: “Forma legal” ou de “Forma clandestina ou ilegal”, o gráfico 13 permite verificar que o processo foi feito de forma legal para a maioria, nomeadamente para quinze ucranianos, dez moldavos e sete brasileiros. Entre os que se deslocaram ilegalmente constam dois imigrantes ucranianos, um moldavo, a cabo-verdiana, a paraguaia, o imigrante russo e oito brasileiros que são em maior número do que os que se deslocaram legalmente. De referir que a imigrante da Bulgária diz estar legal *Apenas no princípio, vim como turista* e três imigrantes do Brasil dizem também só terem estado legais *Apenas no princípio*. Um brasileiro diz estar *Legal através da França*.

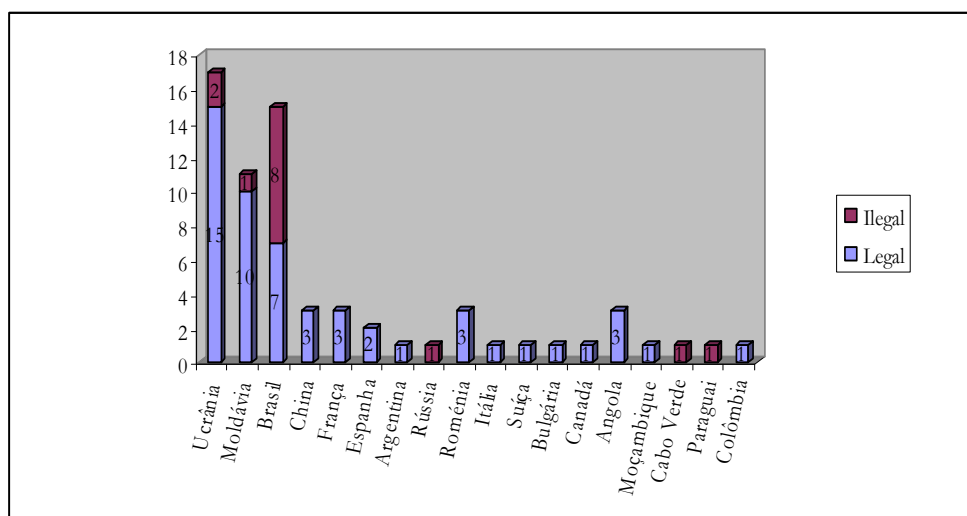


Gráfico 13- Deslocação dos imigrantes segundo o país de origem

Os apoios que o senhor Presidente da Câmara coloca à disposição dos imigrantes, no sentido de facilitar a sua legalização são dados através de

(...) acompanhamento técnico realizado através do Sector de Habitação e Acção Social que basicamente procede ao encaminhamento e mediação com entidades locais e assume o papel de agente facilitador em todo este processo.

Salienta, contudo, que é uma

(...) população, oriunda de vários países (...) muito heterogénea e a sua integração social e acesso às várias dimensões da sociedade (emprego, saúde, educação/formação) dependem também de um processo de legalização (...).

Refere, ainda, que o Sector de Habitação e Acção Social está articulado

(...) com os serviços locais do SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras tentando viabilizar (se os pretendentes reunirem as condições legais para o efeito) todo um conjunto de procedimentos conducentes à sua estabilização no nosso território via legalização.

Mas acrescenta que, recentemente celebrou

(...) um acordo de parceria com o Município de Macedo de Cavaleiros, numa candidatura no âmbito do ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, para o “Desenvolvimento de Projectos Municipais para a Promoção da Interculturalidade”, que visa fundamentalmente reforçar os meios de intervenção e ajuda à população imigrante através da promoção de acções nos domínios da educação, mercado de trabalho, acolhimento inicial de imigrantes, sensibilização da opinião pública e participação na vida local.

11. “Assinale quais foram as principais dificuldades que sentiu no país de acolhimento”: “Legalizar a sua situação”; “Trabalhar em áreas de emprego de acordo com a sua formação”; “Sentiu discriminação de origem”: “Étnica”; “Social”; “Económica”; “Essa discriminação teve impactos a nível da”: “Habitação”; “Saúde”; “Educação”, podem ser observadas no gráfico 14.

Os que mais dificuldades sentiram no país de acolhimento, foram os imigrantes ucranianos em legalizar a sua situação (9) e ao nível de trabalhar em áreas de emprego de acordo com a sua formação (7), sentindo discriminação económica (6), embora cinco não se tenham pronunciado sobre esta questão. Para os imigrantes moldavos as dificuldades maiores incidiram, de igual forma, sobre trabalhar em áreas de emprego de acordo com a sua formação (4) e em legalizar a sua situação (4), embora sete não tenham respondido à questão sobre discriminação. De salientar que dos imigrantes brasileiros dez dizem sentir discriminação étnica, nove dificuldades em legalizar a sua situação, cinco dificuldades em

trabalhar em áreas de acordo com a sua formação e quatro dizem sentir discriminação social, não tendo respondido dois deles à questão da discriminação.

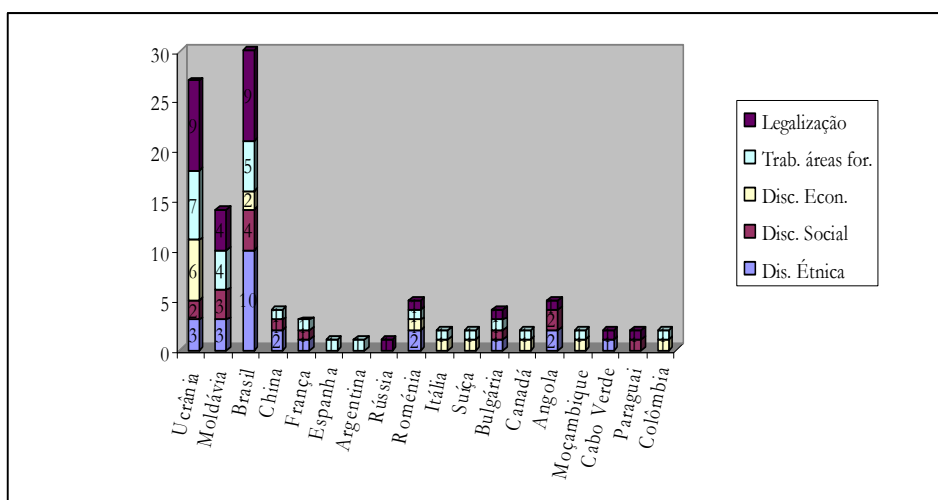


Gráfico 14 – Dificuldades no país de acolhimento

Para promover uma integração social e cultural, no sentido de impedir ou minimizar a discriminação social e étnica, o Senhor Presidente do Município diz que

Realiza todos os anos um evento de referência denominado “Encontro de Imigrantes”, em parceria com outras instituições sociais do concelho. Este evento serve dois propósitos: por um lado, permite a interculturalidade através de um espaço de diálogo e contacto entre diferentes comunidades de imigrantes, por outro lado, conduz a um interconhecimento sobre as principais dificuldades vividas por estas comunidades.

Mais afirma que

Os serviços da Autarquia, em articulação com 53 entidades parceiras da Rede Social de Bragança, a que presido, promovem as diligências necessárias para que seja realizada, sempre que possível, uma integração social e cultural de sucesso, e de forma análoga, impedindo formas latentes ou manifestas de discriminação.

A Autarquia fomenta actividades culturais de integração, incrementando políticas dinâmicas que, no dizer do seu Presidente

(...) demonstram uma sensibilidade na escolha de artistas e um planeamento cultural de vincada diversidade, permitindo oferecer às diferentes comunidades de imigrantes um contacto, através da música, teatro e outras expressões artísticas, com os seus países de origem.

Acrescenta que esse dinamismo que se encontra

(...) reflectido na programação do Teatro Municipal se afigura suficientemente multicultural e traduz a importância de uma integração.

O apoio logístico prestado pela Autarquia, com a finalidade de que os imigrantes possam recriar a sua cultura é bem real, pois o entrevistado refere

Sempre que a título individual ou colectivo é solicitada a colaboração da Autarquia, procedemos à sua análise e aprovamos apoios do foro financeiro, cedência de instalações ou mesmo cedência de transporte, se necessário. Obviamente julgámos que a dinâmica e vitalidade destes grupos de imigrantes varia segundo o seu peso populacional no conjunto dos restantes grupos de imigrantes e de alguns líderes informais no seio destes.

As actividades para a promoção cultural da população imigrante têm sido igualmente apoiadas pelas diferentes instituições locais que directamente se relacionam com estes.

Os impactos das dificuldades dos imigrantes, como mostra o gráfico 15, fizeram sentir-se, fundamentalmente, no caso dos imigrantes brasileiros, na saúde (9) e a nível da habitação (5), não tendo sido mencionado por dois imigrantes nenhum impacto. Quanto a quatro dos imigrantes ucranianos o impacto foi mais evidente ao nível da educação, bem como as imigrantes da Roménia que apenas referiram o impacto da discriminação a nível educacional. A maioria dos inquiridos não mencionou os impactos das suas dificuldades.

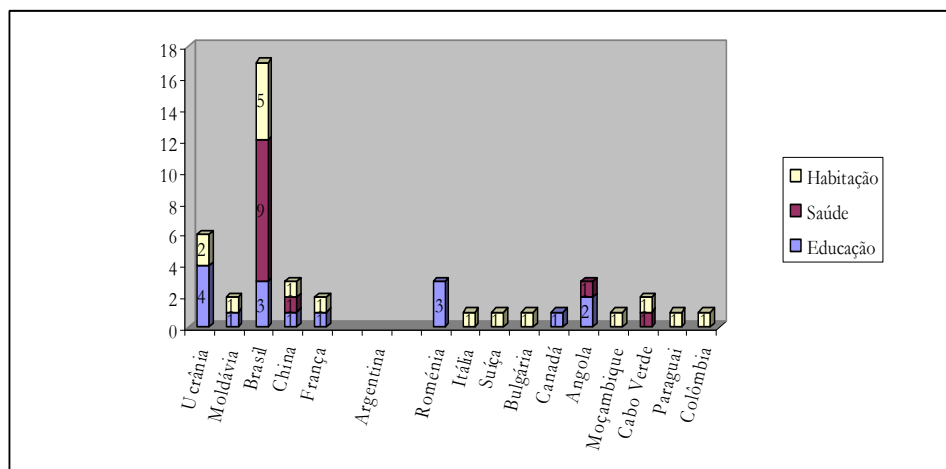


Gráfico 15 – Impactos da discriminação dos imigrantes segundo o país de origem

12. Para a questão “Mencione se, no sentido de uma integração na sociedade, teve algum apoio dado por (pela) uma: “Autarquia”; “Organização Religiosa”; “Organização Não Governamental”; “Instituição Privada de Solidariedade Social”, “Outras Associações” e “Indique o nome”, o gráfico 16 mostra que o apoio sentido no país de acolhimento foi muito escasso, pois apenas sete imigrantes ucranianos foram apoiados por uma Organização Não Governamental, embora não especificassem qual.

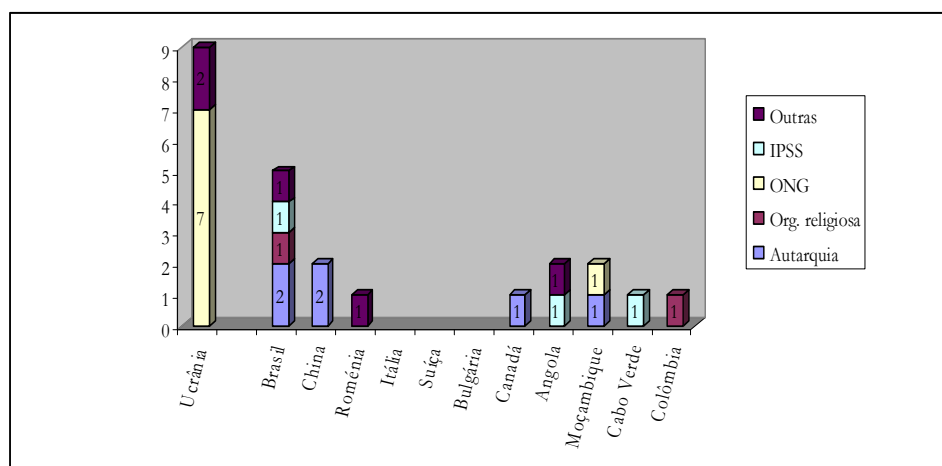


Gráfico 16 – Apoio no país de acolhimento segundo o país de origem

Dois imigrantes chineses, dois brasileiros, um canadiano e um moçambicano dizem ter tido apoio da Autarquia e este último também diz ter sido apoiado por uma IPSS, mas não referiu o nome. Uma imigrante romena diz ter sido ajudada por “Outras Associações” referindo o *Consulado Romeno* e o mesmo destacou uma imigrante angolana ter sido apoiada pelo *Consulado de Angola*. Todos os outros inquiridos não referiram qualquer tipo de ajuda. Duas imigrantes brasileiras referiram *Não ter apoio*, uma imigrante brasileira diz ter sido apoiada por um Organização Religiosa não referindo qual, uma outra mencionou “Outras” indicando *Loja do Cidadão*, ainda uma outra referiu ter sido ajudada por uma IPSS, sem mencionar o nome e nove não responderam à questão. A cabo-verdiana teve apoio de uma IPSS, mas também não mencionou o nome. A imigrante búlgara diz não ter tido apoio de *Nenhuma* e a colombiana foi ajudada por uma Organização Religiosa da qual não mencionou o nome. Os imigrantes moldavos não responderam a esta questão, bem como os imigrantes suíço, italiano e oito ucranianos.

A Autarquia de Bragança faz um balanço positivo do seu trabalho nesta área, pois o Senhor Presidente considera que

Os recursos actuais disponíveis permitem promover um atendimento de qualidade em diferentes frentes da área social. Actualmente, reforçamos as medidas sociais de apoio às famílias mais carenciadas, demonstrando de forma clara que nesta época de crise social e económica as autarquias têm um papel fundamental na atenuação e no combate às diferentes formas de vulnerabilidade social.

Refere que

A integração é uma matéria complexa pois exige de cada Município um esforço em compatibilizar diferentes lógicas e cativar os diferentes agentes de desenvolvimento local.

Ao definir integração

(...) como um processo que para além de aspirar ao ordenamento, equilíbrio e coesão do território, pretenderá igualmente promover o desenvolvimento local sustentável, através da promoção do exercício da cidadania, do bem-estar e da qualidade de vida dos seus cidadãos, (...) julgo estarmos a contribuir para a integração de todos os que partilham um espaço físico, simbólico, social, económico e cultural.

Torna visível uma preocupação dominante que

(...) tem sido norteadada pela prioridade que concedemos ao planeamento e ordenamento do território, à política de construção de equipamentos colectivos fundamentais para os nossos munícipes, às acessibilidades, ao ambiente, à rede social, ou seja, à coesão do território na sua mais ampla expressão.

13. “Escreva o tipo de trabalho realizado neste País”, como podemos constatar no gráfico 17, que 21% da população imigrante trabalha na *construção civil*, obtendo-se respostas nesta profissão de seis imigrantes ucranianos, de três brasileiros, de três moldavos e do imigrante russo; 11% da população imigrante trabalha como *empregadas domésticas*, sendo três ucranianas, duas moldavas, uma brasileira e uma argentina; três moldavas, uma ucraniana e a cabo-verdiana dizem trabalhar nas *limpezas* que ocupa 8% da população imigrante; 7% diz exercer a profissão de *prostituta* e quatro são imigrantes brasileiras (embora a paraguaia também tenha exercido esta profissão, não consta, como tal, neste gráfico, pois abandonou para se casar). Ainda 7% da população imigrante trabalha em *lojas* e são três chineses e uma romena; 5% é ocupada por *empregadas de bar/mesa* (três brasileiras) e 5% ocupa-se com *gestão* (um francês, um espanhol e o canadiano que diz *Administrar uma empresa, dos tios, do ramo automóvel*).

Já com valores percentuais um pouco mais baixos, 3% da população desempenha a profissão de *electricista* (um ucraniano e um brasileiro), 3% de *professora* (uma francesa e uma brasileira) e 3% *trabalha no sector agrícola* (um francês e a imigrante do Paraguai, já referenciada como ter trabalhado como prostituta, mas realiza *Trabalhos temporários*).

Os imigrantes ucranianos são os que têm maior variedade de profissões, nomeadamente *costureira* (2%), *calceteiro* (2%), *operador de gruas* (2%), *médico* (2%). Dos brasileiros constam ainda uma *cabeleireira* (2%) e uma a trabalhar no *comércio* (2%). Surgem ainda com um valor percentual de 2% as profissões de *condutor-manobrador* (um moldavo) *instalador de aquecimento* (o suíço), *empresa de transportes* (um espanhol), *Educadora de Infância* e uma *Proprietária de uma creche* (angolanas).

Dado serem estudantes, duas imigrantes da Moldávia não foram consideradas na resposta a esta questão, assim como o imigrante moçambicano, dado ser reformado, mas diz ter sido *Formador de marcenaria*, o que estava de acordo com as suas aspirações e a imigrante búlgara encontra-se agora *Desempregada*.

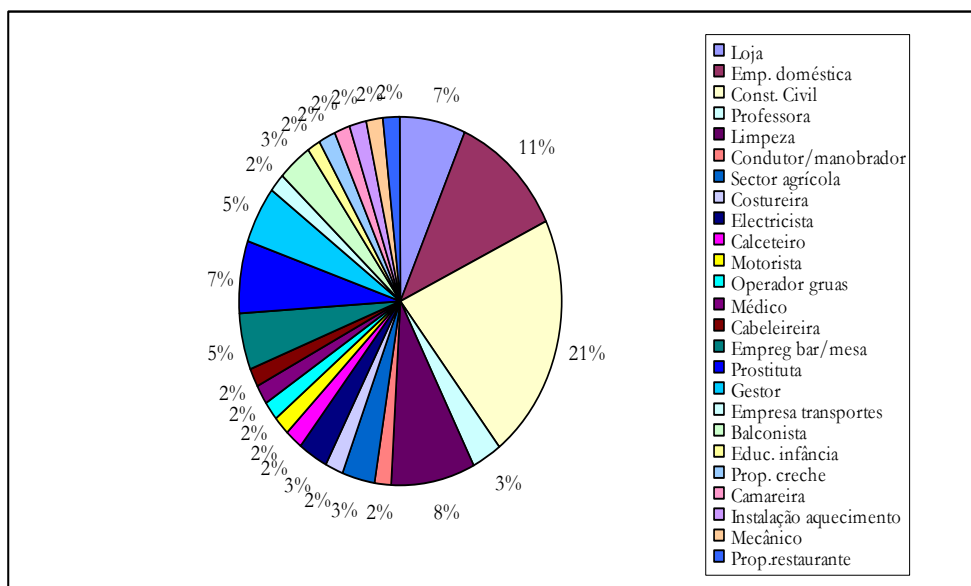


Gráfico 17 – Tipo de trabalho realizado no país de acolhimento

14. Quanto à questão “Refira se o trabalho que realiza está de acordo com as suas “Habilitações”; “Aspirações”, como mostra o gráfico 18, foi referido que estava de acordo com as suas habilitações para vinte e dois imigrantes, de onde se destacam doze imigrantes ucranianos e quatro imigrantes brasileiros, tendo sete dos brasileiros referido que o seu trabalho estava de acordo com as suas aspirações. Contudo, uma imigrante romena, uma cabo-verdiana, uma colombiana e uma angolana referiram que trabalhavam por *Necessidade*. Dos onze imigrantes moldavos nenhum respondeu a esta questão, bem como cinco ucranianos e cinco brasileiros.

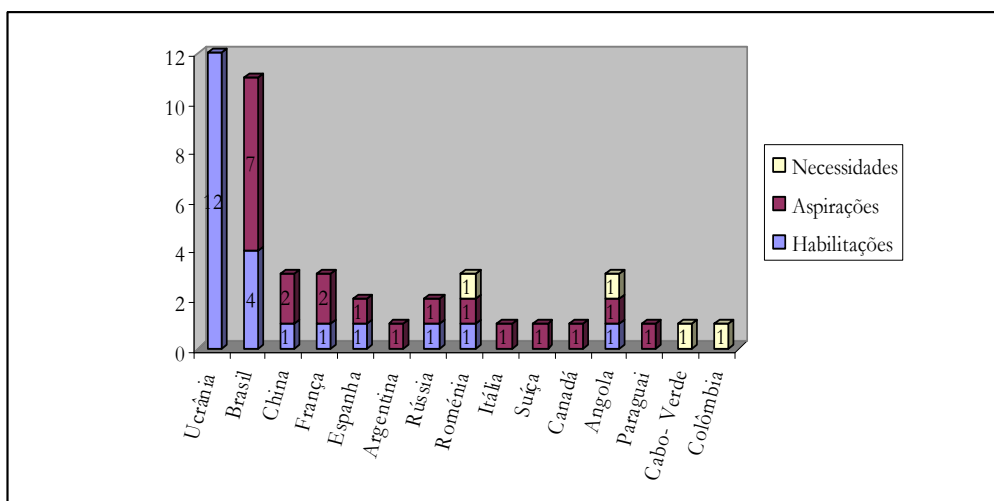


Gráfico 18 – Trabalho de acordo com as habilitações e aspirações dos imigrantes segundo o país de origem

15. Para a questão “Indique se esse tipo de trabalho lhe permitiu obter algumas poupanças”, como se pode verificar no gráfico 19, os que dizem conseguir obter algumas poupanças são em número superior (40) aos que dizem não ter conseguido nenhuma poupança (17), havendo um que não respondeu. De salientar que o imigrante do Canadá e uma de Angola dizem, respectivamente *Não, por enquanto* e *Ainda não*. A imigrante búlgara diz *No princípio quando trabalhava no Alentejo sim, mas quando vim para Bragança tudo ficou mal*.

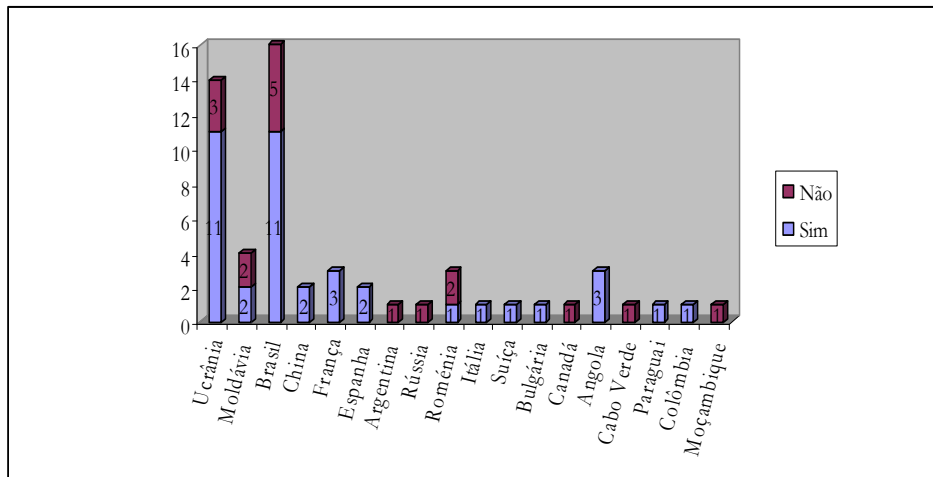


Gráfico 19 – Obtenção de poupanças dos imigrantes segundo o país de origem

No caso de ter respondido sim à questão anterior 16. “Escreva o(s) sector(es) em que foram aplicadas essas poupanças”, como se observa no gráfico 20, sete imigrantes brasileiros dizem ter investido em *Financiamento para habitação*, dois em *Aquisição de carro*, um na *Compra de restaurante*, uma num *Prostíbulo no Brasil*, uma na *Festa de casamento*. Um imigrante moçambicano diz ter investido *Para tratar da mulher com doença terminal que depois morreu num acidente de viação* e as três imigrantes de Angola, uma diz *Só comecei a trabalhar agora*, outra frisa que *Dá para as despesas do dia a dia* e outra refere que *O negócio levou todas as economias*. A imigrante de Cabo Verde diz que *O dinheiro dá para me ir mantendo*. Uma imigrante da Roménia diz *O dinheiro do trabalho mais a mesada dos pais só chega para os gastos* e uma outra *Até agora a poupança só deu para gastos pessoais*. O imigrante italiano diz que quer *Comprar a oficina e investir na sua tecnologia, na parte “auto-eléctrica”*. Apenas foi referido por uma imigrante chinesa que investiu na *Loja onde trabalho* e um imigrante que diz *Ajudar a família que lá ficou*. Um imigrante ucraniano investiu numa *Casa*, bem como três imigrantes franceses, em que um diz também *Investir no sector agrícola*. Dois imigrantes moldavos investiram, um na *Família que vive com ele* e outro na *Família que vive na Moldávia*.

A imigrante do Paraguai diz *Enquanto prostituta ganhei dinheiro para comprar casa para os meus filhos no Paraguai, depois casei por amor e para ter documentos*.

A maioria dos inquiridos (37) não respondeu a esta questão.

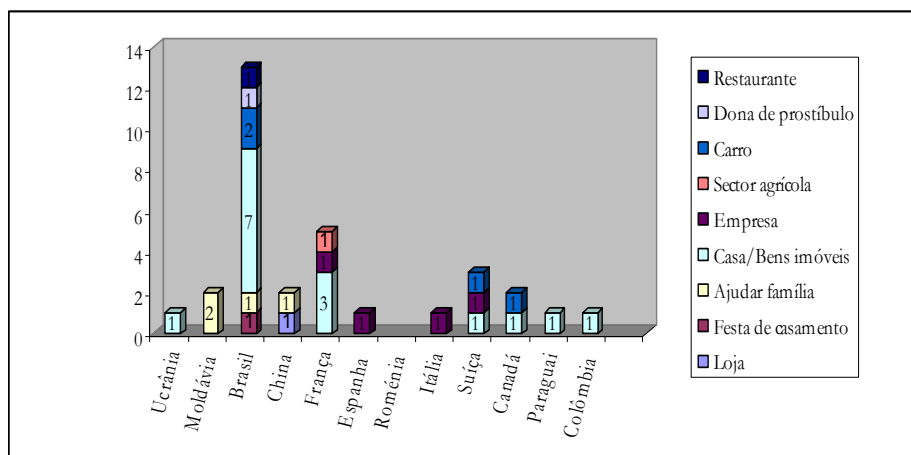


Gráfico 20 – Sectores onde foram aplicadas as poupanças

17. O gráfico 21 mostra os dados obtidos relativamente às questões “Assinale onde/como foram investidas essas poupanças”: “No País de acolhimento”; “No País de origem”; “Na criação de uma empresa familiar”; “Na criação de uma empresa que criou postos de trabalho”.

Como se pode verificar vinte e nove imigrantes investiram no país de acolhimento.

Cinco ucranianos investiram na criação de uma empresa familiar e apenas dois imigrantes, um chinês e um espanhol investiram numa empresa que criou postos de trabalho. Cinco dos imigrantes brasileiros investiram no seu próprio país, assim como um ucraniano, um chinês, uma romena, a paraguaia e a colombiana. Vinte e três imigrantes não responderam à questão formulada, embora uma imigrante angolana tivesse referido que *O negócio levou todas as economias* e outra diz *Só comecei a trabalhar agora*.

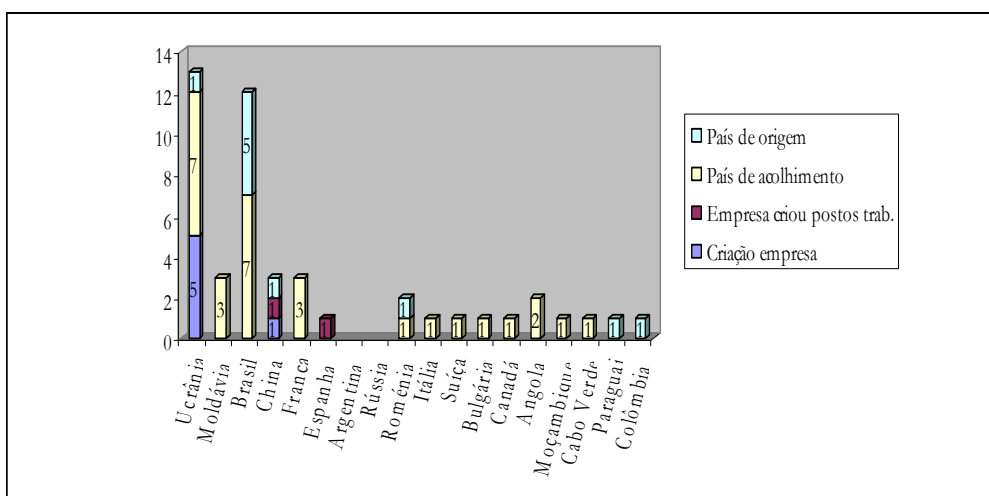


Gráfico 21 – Sectores onde foram aplicadas as poupanças segundo o país de origem

18. No gráfico 22 verificamos que seis dos imigrantes ucranianos responderam que o investimento que fizeram com as suas poupanças teve impacto a nível nacional e um diz que esse impacto foi a nível local; um imigrante moldavo, quatro brasileiros, um chinês, duas romenas e três franceses dizem que esse impacto foi a nível local, no que se refere à questão “Esse investimento teve impacto”: “Apenas a nível local”; “A nível nacional”; “A nível europeu”; “A nível mundial”. Um imigrante espanhol diz que o impacto do seu investimento se fez sentir a nível europeu, mas quarenta e três não reponderam à questão formulada.

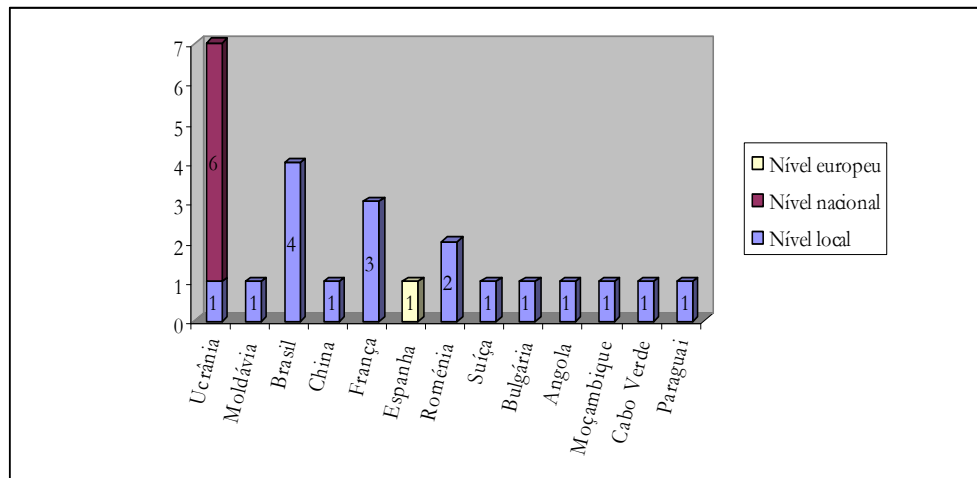


Gráfico 22 – Impacto do investimento dos imigrantes segundo o país de origem

19. O gráfico 23 apresenta os dados das respostas relativos à questão “Mencione se o país de acolhimento tem políticas nacionais e ou regionais de promoção de integração dos imigrantes”.

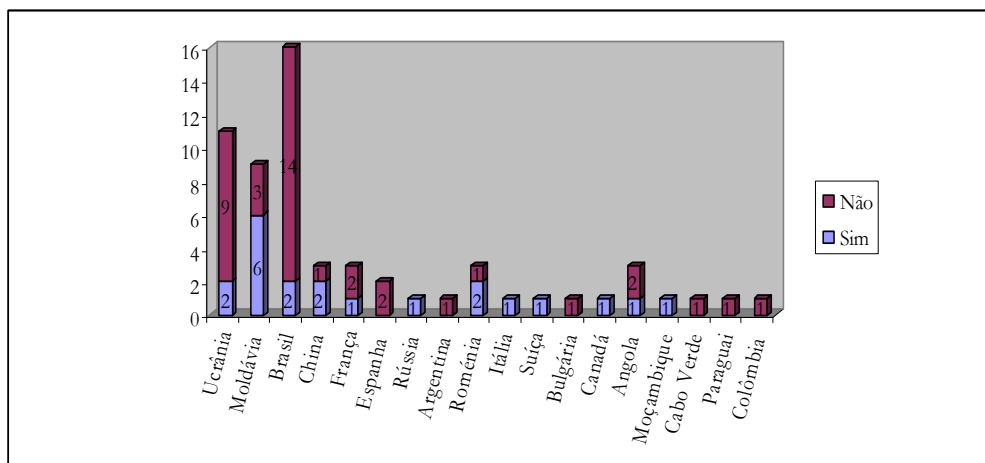


Gráfico 23 – Políticas nacionais e ou regionais de apoio aos imigrantes segundo o país de origem

Como se pode observar, foi dito por nove imigrantes ucranianos e catorze brasileiros que não e por seis imigrantes moldavos e duas romenas que sim. Mas resulta que, entre os inquiridos, mais de 50% desconhecem o apoio que lhes pode ser dado quer a nível local quer a nível nacional.

20. “Indique quanto tempo pensa trabalhar no país de acolhimento”, como se verifica no gráfico 24, as respostas foram variadas. Treze dos inquiridos não responderam a esta questão, salientando-se sete imigrantes da Ucrânia. Mas pensam ficar a viver em Portugal, por 10 anos, 19% dos imigrantes que são provenientes de diversos países, sendo quatro moldavos, dois ucranianos, duas brasileiras, um chinês e uma romena. Três imigrantes ucranianos, dois brasileiros, uma búlgara e uma angolana pensam viver em Portugal por 3 anos e constituem 13% da população e 11% dizem *Não sei* (dois brasileiros, duas moldavas, a argentina e um ucraniano).

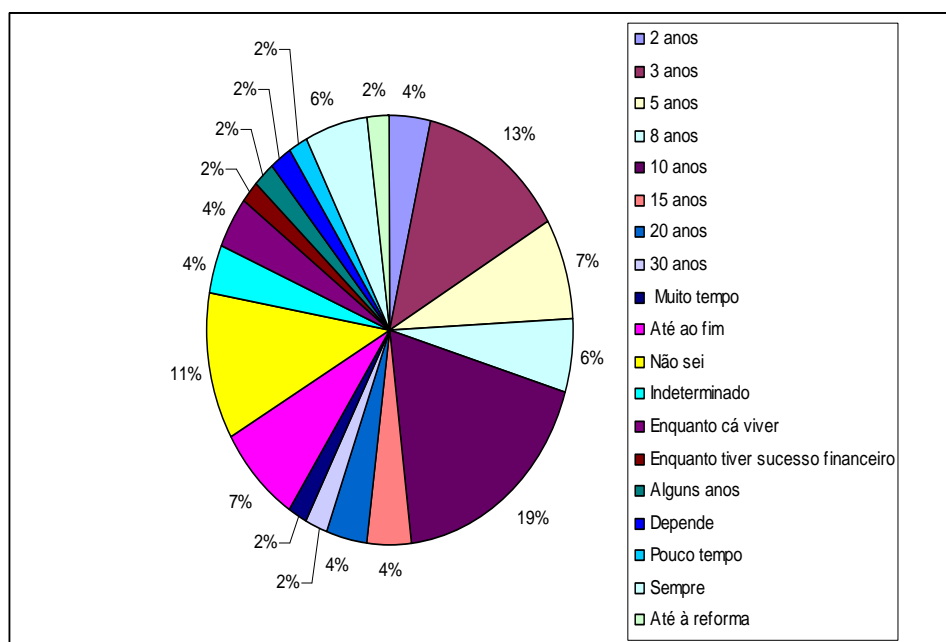


Gráfico 24 - Tempo de trabalho no país de acolhimento

Para 7% da população imigrante está previsto viver cá 5 anos (uma romena, a cabo-verdiana, a paraguaia e a colombiana), assim como 7% pensa ficar *Até ao fim* (dois ucranianos, um moldavo e um espanhol).

Pensam viver 8 anos no país de acolhimento 6% dos imigrantes, sendo dois ucranianos e uma brasileira e *Para sempre* também 6%, dois brasileiros e o suíço.

Mas 4% do total dos imigrantes que reponderam pensam ficar em Portugal por 20 anos e são um chinês e um canadiano, 4% pensam ficar por 15 anos, uma chinesa e um italiano

enquanto que também 4% da população, uma brasileira e o russo, não pretende viver mais do que 2 anos. Mas ainda 4% pensa ficar *Por tempo indeterminado* (um espanhol e um francês) e 4% pensa ficar *Enquanto viver* (um francês e uma angolana).

Mas, em contrapartida, 2% da população imigrante pensa ficar por cá 30 anos (um imigrante proveniente do Brasil); 2% *Muito tempo* (um brasileiro); 2% *Depende* (um brasileiro) e ainda 2% *Pouco tempo* (um brasileiro); também 2% *Alguns anos* (um moldavo), 2% *Enquanto tiver sucesso financeiro* diz querer ficar um francês, 2% *Até à reforma* é o que pretende uma angolana.

O imigrante moçambicano como está reformado não respondeu a esta questão.

21. “Assinale se sente vontade de regressar ao país de origem”, e 22. “Refira as principais razões que justificam a resposta dada”, foram questões respondidas, como se pode verificar no gráfico 25, por treze dos imigrantes ucranianos que responderam sentir vontade de regressar ao seu país, mas justificadas apenas por sete, *Querer e gostar de ficar lá* (3), *Voltar para a família* (3) e a *Língua* (1). Três dizem preferir ficar em Portugal, mas não apresentam razões justificativas, bem como seis dos que dizem querer regressar.

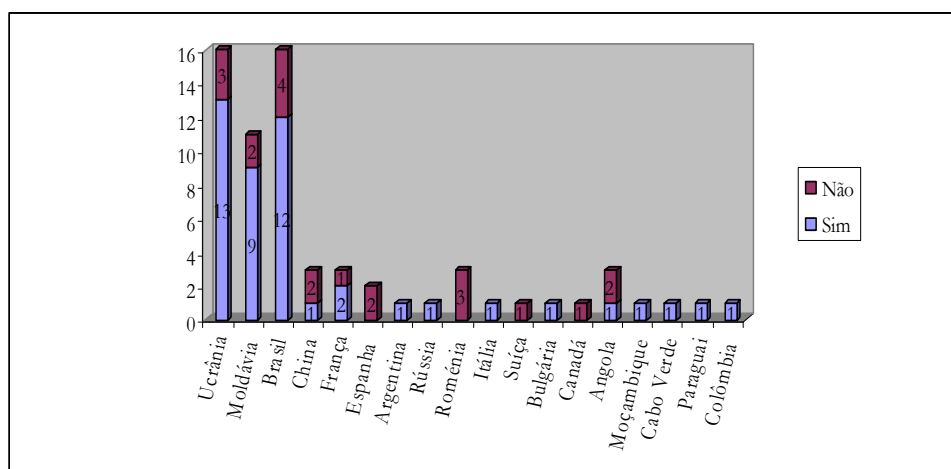


Gráfico 25 – Vontade de regressar ao país de origem

Dos doze imigrantes brasileiros que dizem querer regressar dez apontam como razões *Não gosto do trabalho que faço* (1), *Aqui o negócio não dá* (1), *O clima é muito frio e as pessoas também* (1), *Tenho família e amigos lá* (1), *Para terminar os meus estudos* (1), *Vive-se melhor lá com pouco que cá com muito* (1), um outro comenta que quer regressar para *Gozar os rendimentos aqui obtidos*, outro porque *O Brasil está em crescimento económico*, um outro *Quero ter filhos e aproveitar o dinheiro que cá ganhei* e ainda uma outra diz *Quero doutorar-me em Portugal, ganhar dinheiro, voltar ao Brasil e viver financeiramente descansada*. Mas os que preferem ficar (4) dizem *Casei e tive filhos* (1) e

Para sustentar o meu filho (1), Fazer vida na Europa, ter vida calma e ganha-se também mais (1) e um outro só pretende Ir a passeio.

Nove imigrantes da Moldávia dizem querer regressar mas só cinco apresentam razões justificativas para o fazer: *Não falo bem português (1), Vontade de ver e estar no meu país (1), Descanso em condições (1), Tenho família lá e gostava de estar lá (1) e simplesmente Quero ficar lá (1).* Entre os que não querem regressar, um não apresenta razão justificativa e outro diz *Não há nada de especial que possa encontrar lá.*

O imigrante russo e a argentina dizem que querem regressar porque têm família e amigos na sua terra, os dois espanhóis não querem regressar porque um diz ter *Emprego estável e penso formar família própria* e outro afirma *Estou bem contente em Portugal*. Quanto aos franceses um diz não querer regressar porque *Constituí família em Portugal, tenho vida estabilizada* e dois dizem querer regressar, um justificando *Vou lá muitas vezes, só de passagem, visitar dois filhos* e outro porque *As pessoas lá têm outra mentalidade.*

Entre os que não querem regressar estão ainda três imigrantes romenas que afirmam *Não há oportunidades de encontrar um trabalho bem pago (1) e Tenho namorado em Portugal e estou a pensar em ter, no futuro uma família e encontrar um bom trabalho (1) e Encontrei-me com Portugal, pretendo ficar e fazer minha vida e quero convencer a família a vir morar cá (1).*

Um chinês argumenta que quer ficar em Bragança e a questão é *Dinheiro*, outro diz *Estar bem cá, fazer vida aqui*. A colombiana que quer regressar diz que quer *Criar dois filhos que deixou lá* e a do Paraguai diz *Esperar reforma do marido que tem 61 anos.*

A imigrante búlgara diz que quer regressar porque *Cheguei à conclusão que Portugal está tão mal como o país de origem*, enquanto que o italiano diz que *Depois de reformado quero gozar a vida em Itália*. A cabo-verdiana diz *Quero morrer onde nasci*. Uma angolana diz que *Gostava de levar a vida de antes, pois Angola está em pleno desenvolvimento*, uma outra diz que não porque *Adoro viver em Portugal, apesar das dificuldades porque a família passou* e outra afirma que *Neste momento pretendo casar e constituir família, pois este momento de crise é passageiro e gosto de estar com a família cá.*

23. “Indique se adquiriu a nacionalidade portuguesa” e **24** “Justifique as razões que o levaram a tomar essa opção”, pode observar-se no gráfico 26 que oito dos imigrantes ucranianos adquiriram nacionalidade portuguesa e cinco dizem-no ter feito por questões de *Economia (2), É mais fácil obter emprego (2) e Por razões de trabalho ao nível europeu para ganhar a vida (1).* Dos oito que dizem não ter adquirido a nacionalidade portuguesa só dois apontam como razões *Ainda não consegui (1) e Porque não posso ter as duas e ter de escolher uma (1).* Os restantes não apresentaram qualquer razão justificativa.

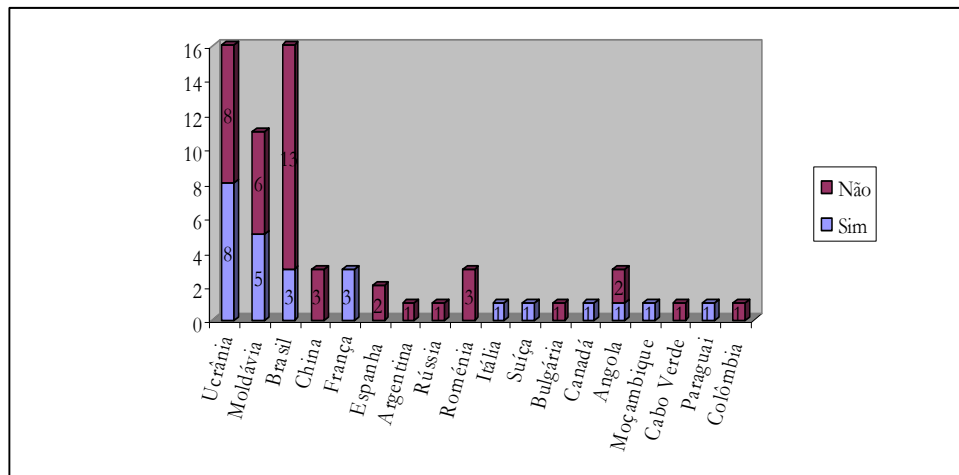


Gráfico 26 – Aquisição de nacionalidade portuguesa segundo o país de origem

Apenas três imigrantes brasileiros querem a nacionalidade portuguesa, argumentando que *Casei e paguei por casar com o marido e já tenho residência, para o ano espero ter nacionalidade* e as outras duas dizem *Casei com um português*. Os que responderam que não têm nacionalidade portuguesa apenas onze justificaram, dizendo *Sou brasileiro com muito gosto* (3), *Sou brasileira e quero voltar para o Brasil* (1), *Sou brasileira e não tem porque mudar de nacionalidade* (1), *Quero voltar para o Brasil* (1), *Não me atribuem* (1), *Ainda estou ilegal* (1), *Atribuíram-me apenas residência* (1), *Ainda não, mas pretendo vir a casar e ter nacionalidade portuguesa* (1) e *Tenho visto que permite viver cá* (1). A búlgara diz que não adquiriu a nacionalidade portuguesa *Por motivos económicos*; o italiano diz que sim *Através da avó materna*, a cabo-verdiana só lhe foi atribuída *Residência*; ao canadiano, uma angolana e ao moçambicano porque têm *Pai português* e a uma angolana só atribuíram *Residência*.

Dos seis imigrantes moldavos que dizem não querer a nacionalidade portuguesa apenas um diz *Quero voltar para a Moldávia* e outro diz *Ainda não tenho seis anos legais*. Um imigrante chinês diz não querer a nacionalidade portuguesa não invocando nenhuma razão e outro diz *Não gosto de Portugal*; a imigrante argentina não apresenta razões justificativas para o seu não, mas o russo diz que não porque quer *Regressar a casa* e um espanhol *Não vejo razões para mudar*. Já a imigrante francesa diz que sim *Pelo facto de ser filha de portugueses possui dupla nacionalidade*. Os outros dois imigrantes franceses não apresentaram qualquer razão justificativa sobre o terem adoptado a nacionalidade portuguesa.

As três imigrantes romenas dizem que não adquiriram nacionalidade portuguesa justificando uma *Ainda não estou em Portugal há muito tempo para me dar o direito a ter nacionalidade portuguesa*; outra argumenta, *Só tenho 2 anos em Portugal e ainda não tenho o direito a adquirir a nacionalidade portuguesa*; e, finalmente, a outra diz. *Estou no país com visto de estudante, por enquanto*.

Conclusão

As conclusões finais da pesquisa sobre In(ex)clusão dos imigrantes em Bragança resultam da apresentação e análise dos resultados que seguiu o modelo proposto nas questões formuladas, nos objectivos definidos, na análise das variáveis, no tratamento dos dados obtidos pelas respostas aos inquéritos e à entrevista, bem como o quadro conceptual construído a partir do enquadramento teórico.

Assim:

- 50% dos imigrantes sinalizados para este trabalho eram provenientes dos Países de Leste (Ucrânia, Moldávia, Roménia; Bulgária e Rússia); 28% da América Latina (Brasil, Argentina, Paraguai e Colômbia); 7% dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP (Angola, Moçambique e Cabo-Verde); 10% da Europa Central/Sul (Suíça, França, Espanha e Itália); 4% da China e 1% do Canadá;

- De todos os países, Bragança recebeu o maior contributo de imigrantes dado pela Ucrânia com 25%; seguido do Brasil com 24%; depois a Moldávia com 16%; da Roménia com o mesmo valor percentual de Angola, da França e da China, 4%; seguidos da Espanha com 3%; da Bulgária, da Rússia, de Moçambique, de Cabo-Verde, da Itália, da Suíça e do Canadá, todos com o mesmo valor percentual, 1%;

- O maior número de imigrantes tinha idades compreendidas entre os vinte e três e os quarenta e sete anos de idade, não sendo significativo o número com menos de vinte e três anos (apenas cinco) e com mais de quarenta e sete (apenas seis).

A idade máxima e mínima dos imigrantes variam de país para país e em cada país variam também com o sexo. Os imigrantes que chegaram a Bragança em maior número tinham idades compreendidas entre os 20-24 anos (19), e entre os 25-29 anos (14), logo seguidos dos que tinham entre 30-34 anos de idade (12). Eram, sobretudo, imigrantes jovens;

- Na totalidade dos imigrantes sinalizados, 50% dos imigrantes eram do sexo feminino e 50% eram do sexo masculino, mas apresenta maior número de imigrantes do sexo feminino o Brasil (25%); seguido da Ucrânia (18%); da Moldávia (15%), da Roménia e de Angola (só imigrantes do sexo feminino, com 9% cada um); da China (6%) e da Bulgária, de Cabo - Verde, da França, do Paraguai, da Colômbia e da Argentina (3% cada um).

Tem mais imigrantes do sexo masculino a Ucrânia (31%); seguido do Brasil 21%; da Moldávia (18%); da Espanha e da França (6% cada um e a Espanha só tem imigrantes do sexo masculino); da Suíça, do Canadá, da Itália, da Rússia, da China e de Moçambique (3% cada um);

- Quanto ao estado civil, 53% eram casados, 38% solteiros, 6% divorciados e 3% viúvos. A percentagem de casados é superior em 15% relativamente à percentagem de solteiros, não sendo significativo o valor percentual de viúvos e divorciados.

O maior número de imigrantes casados é proveniente da Ucrânia (10) e o maior número de imigrantes casadas é proveniente da Moldávia (5). O maior número de imigrantes solteiros (4) e de solteiras (3 cada país) são provenientes do Brasil e da Roménia, sendo provenientes deste país apenas imigrantes solteiras;

- Quanto ao número de pessoas do agregado familiar, o mais numeroso é o dos brasileiros (80 elementos na totalidade), vivem em Bragança trinta e três elementos e no país de origem quarenta e sete. Dos imigrantes da Ucrânia (66 na totalidade), trinta e seis vivem em Bragança, trinta no país de origem. De salientar ainda os imigrantes da Moldávia com um agregado familiar de quarenta e seis elementos e a viver em Bragança trinta e três. Embora em número reduzido os imigrantes de Angola (são apenas três) apresentam vinte e três elementos como agregado familiar total, mas vivem em Bragança apenas catorze;

- Os imigrantes ucranianos são os que possuem maiores habilitações académicas, oito com curso superior, quatro com curso médio, quatro com o 12º ano, o que os torna em mão-de-obra mais qualificada, mas não aproveitada de acordo com as suas qualificações. Têm, ainda, curso superior, mais onze imigrantes, sendo duas romenas, duas brasileiras (uma diz ser mestre em direito), dois espanhóis, um francês, o suíço, o canadiano, uma angolana e uma moldava;

- As razões fundamentais que levaram estes imigrantes a abandonar o seu país foram, fundamentalmente, razões de natureza económica para 49 imigrantes, sendo para doze ucranianos, para treze brasileiros e onze moldavos. Cinco imigrantes assinalaram razões familiares (dois imigrantes franceses, a argentina, uma angolana, um espanhol); dois religiosas (uma imigrante da Ucrânia e uma do Brasil); três políticas (um imigrante chinês, o moçambicano e uma angolana) ou até de *Foro pessoal*, como a imigrante cabo-verdiana;

- Como razões mais importantes para a escolha de Portugal como país de destino predomina o terem família/amigos nesse país para nove ucranianos, sete moldavos e nove brasileiros, oito dos quais dizem também fazerem essa opção por conhecerem a língua. Uma romena diz ser mais fácil aprender a língua, três dos imigrantes da Moldávia dizem ser mais fácil a viagem. Um imigrante ucraniano, um francês e a cabo-verdiana dizem ter vindo por saberem falar a língua.

Muito poucos conhecem o apoio que pode ser prestado aos imigrantes, pois só apenas 3 ucranianos o referenciaram e quatro destes tinham emprego pré-determinado, bem como cinco brasileiros;

- O processo de deslocação foi feito de forma legal para a maioria, nomeadamente para quinze ucranianos, dez moldavos e sete brasileiros. Alguns já não se encontrem legalizados, pois vieram como turistas e o seu visto caducou (uma búlgara e três brasileiras).

Entre os que se deslocaram de forma ilegal constam dois imigrantes ucranianos, um moldavo, a cabo-verdiana, a paraguaia, o imigrante russo e oito brasileiros que são em maior número do que os que se deslocaram legalmente;

- Os imigrantes que maiores dificuldades sentiram no país de acolhimento foram os imigrantes ucranianos (9) e moldavos (4) em legalizar a sua situação e ao nível de trabalhar em áreas de emprego de acordo com a sua formação (7 ucranianos e 4 moldavos). Os imigrantes ucranianos dizem sentir discriminação económica (6), embora cinco não se tenham pronunciado sobre qualquer tipo de discriminação. Dos imigrantes moldavos sete não responderam à questão sobre discriminação e dos imigrantes brasileiros dez dizem sentir discriminação étnica, quatro dizem sentir discriminação social, nove dificuldades em legalizar a sua situação e cinco dizem trabalhar em áreas de acordo com a sua formação;

- Os impactos das dificuldades dos imigrantes fizeram sentir-se, fundamentalmente, no caso dos imigrantes brasileiros, na saúde (9) e a nível da habitação (5). Para os imigrantes ucranianos (4) o impacto foi mais evidente ao nível da educação, bem como as imigrantes da Roménia (3) que apenas referiram o impacto da discriminação a nível educacional;

- O apoio sentido no país de acolhimento foi muito escasso. Foram apoiados por uma Organização Não Governamental (ONG) sete ucranianos que não especificaram qual; pela Autarquia seis, sendo dois chineses, dois brasileiros, o canadiano e o moçambicano; por “Outras Associações” três, que indicaram o *Consulado Romeno*, o *Consulado de Angola* e uma brasileira referiu a *Loja do Cidadão*; por um Organização Religiosa duas, uma brasileira e a colombiana mas nenhuma referiu qual; por uma IPSS duas, a cabo-verdiana e o moçambicano sem mencionarem o nome e vinte e quatro não responderam à questão;

- A maioria da população imigrante, 21% trabalha na construção civil (seis imigrantes ucranianos, três brasileiros, três moldavos e o imigrante russo); 11% da população imigrante trabalha como empregadas domésticas (três ucranianas, duas moldavas, uma brasileira e uma argentina); 8% da população imigrante trabalha em limpezas (três moldavas, uma ucraniana e a cabo-verdiana); 7% diz exercer a profissão de prostituta (quatro imigrantes brasileiras, embora a paraguaia também tenha exercido esta profissão,

não consta, como tal, neste gráfico, pois abandonou para se casar). Ainda 7% da população imigrante trabalha em lojas (três chineses e uma romena); 5% é ocupada por empregadas de bar/mesa (três brasileiras) e 5% ocupa-se com gestão (um francês, um espanhol e o canadiano que diz administrar uma empresa do ramo automóvel e que é dos tios).

Com valores percentuais um pouco mais baixos, 3% da população desempenha a profissão de electricista (um ucraniano e um brasileiro), 3% de professora (uma francesa e uma brasileira) e 3% trabalha no sector agrícola (um francês e a imigrante do Paraguai, já referenciada como ter trabalhado como prostituta, mas realiza Trabalhos temporários).

Os imigrantes ucranianos são os que têm maior variedade de profissões, nomeadamente costureira (2%), calceteiro (2%), operador de gruas (2%), médico (2%). Dos brasileiros constam ainda uma cabeleireira (2%) e uma a trabalhar no comércio (2%). Surgem ainda com um valor percentual de 2% as profissões de condutor – manobrador (um moldavo) instalador de aquecimento (o suíço), empresa de transportes (um espanhol), Educadora de Infância e uma Proprietária de uma creche (angolanas).

- Quanto ao trabalho realizado, no país de acolhimento, ele está de acordo com as habilitações para vinte e dois imigrantes, de onde se destacam doze ucranianos e quatro brasileiros e de acordo com as suas aspirações para sete brasileiros. Mas quatro imigrantes dizem trabalhar na sua profissão por necessidade (uma romena, uma angolana, a colombiana e a cabo-verdiana). Dos onze imigrantes moldavos nenhum respondeu a esta questão, bem como cinco ucranianos e cinco brasileiros;

- Os que dizem conseguir obter algumas poupanças com o seu trabalho são quarenta dos inquiridos, número superior aos dezassete que dizem não ter conseguido nenhuma poupança. Destacam-se no primeiro caso onze imigrantes ucranianos, onze brasileiros, três franceses, três angolanas; dois espanhóis, dois moldavos, dois chineses, uma romena, o italiano, o suíço, a búlgara, a paraguaia e a colombiana;

- Embora a maioria (47) não tenha respondido como foram aplicadas as suas poupanças, os que responderam utilizam-nas das mais diversas formas: para financiar habitação, aquisição de carro, compra de restaurante, prostíbulo no Brasil, festa de casamento, comprar oficina onde trabalha e investir na sua tecnologia, investir em lojas onde trabalham, ajudar a família, investir no sector agrícola.

Mas cinco imigrantes dizem que o dinheiro proveniente do seu trabalho só dá para as despesas do dia a dia, para gastos pessoais e para se irem mantendo (uma romena, a cabo-verdiana e uma angolana);

- Vinte e nove dos imigrantes investiram as suas poupanças no país de acolhimento. Cinco ucranianos investiram na criação de uma empresa familiar e apenas dois imigrantes (um chinês e um espanhol) investiram numa empresa que criou postos de trabalho. Cinco imigrantes brasileiros investiram no seu próprio país e vinte e três dos inquiridos não responderam à questão formulada;

- O investimento que fizeram com as suas poupanças teve impacto nacional para seis imigrantes ucranianos; teve impacto a nível local para doze dos inquiridos (um ucraniano, um moldavo, quatro brasileiros, um chinês, duas romenas, e três franceses); e a nível europeu para um espanhol. Mas quarenta e três não reponderam à questão formulada;

- Apenas oito imigrantes têm conhecimento dos apoios que podem ser prestados quer a nível local quer a nível nacional (seis moldavos e duas romenas), resultando, que, entre os inquiridos, mais de 50% desconhecem esse facto;

- O tempo que os imigrantes pensam viver em Portugal é muito variado, passa por dois, três, cinco, oito, dez, quinze, vinte, trinta anos, muito tempo, depende, não sei, pouco tempo, sempre, até ao fim, por tempo indeterminado, enquanto viver, alguns anos, enquanto tiver sucesso financeiro, até à reforma.

Treze dos inquiridos não responderam a esta questão, salientando-se sete imigrantes da Ucrânia.

Pensam ficar a viver em Portugal:

. Por 10 anos, 19% dos imigrantes (quatro moldavos, dois ucranianos, duas brasileiras, um chinês e uma romena);

. Por 3 anos, 13% dos imigrantes (três imigrantes ucranianos, dois brasileiros, uma búlgara e uma angolana);

. Não sei, 11% (dois brasileiros, duas moldavas, a argentina e um ucraniano);

. Por 5 anos, 7% da população imigrante (uma romena, a cabo-verdiana, a paraguaia e a colombiana);

. Até ao fim, 7% (dois ucranianos, um moldavo e um espanhol);

. Por 8 anos, 6% dos imigrantes (dois ucranianos e uma brasileira);

. Para sempre, 6% (dois brasileiros e o suíço);

. Por 20 anos, 4% do total dos imigrantes (um chinês e um canadiano);

. Por 15 anos, 4% (uma chinesa e um italiano);

. Por 2 anos, 4% (uma brasileira e um russo);

. Por tempo indeterminado, 4% (um espanhol e um francês);

. Enquanto viver, 4% (um francês e uma angolana);

- . Por 30 anos, 2% (um imigrante proveniente do Brasil);
- . Muito tempo, 2% (um brasileiro);
- . Depende, 2% (um brasileiro);
- . Pouco tempo, 2% (um brasileiro);
- . Alguns anos, 2% (um moldavo),
- . Enquanto tiver sucesso financeiro, 2% (diz querer ficar um francês);
- . Até à reforma, 2%, é o que pretende uma angolana.

- Vontade de regressar ao país de origem tem quarenta e seis imigrantes, sendo a maioria da Ucrânia (13), do Brasil (12) e da Moldávia (9).

Os imigrantes ucranianos por razões que têm a ver com a família, por gostarem do seu país e pela língua, embora muitos não apresentem as razões para o regresso.

Os imigrantes brasileiros dizem querer regressar porque não gostam do trabalho que fazem, o negócio não ajuda, o clima e as pessoas são frias, a família e amigos que ficaram lá, porque se vive melhor lá com pouco que cá com muito, porque querem gozar os rendimentos, porque o Brasil está em franco crescimento económico.

Mas os que preferem ficar apontam como razões o terem casado e terem filhos, ter uma vida mais calma na Europa e só ir ao Brasil de passeio.

Quanto aos imigrantes da Moldávia dizem querer regressar porque não falam bem português, porque têm saudades da família e do seu país. O imigrante russo e a argentina dizem querer regressar porque têm família e amigos na sua terra.

Os espanhóis não pensam regressar porque dizem ter emprego estável, querem constituir família e estão contentes em Portugal.

Os franceses que querem regressar, dizem fazê-lo, um, só de passagem, para visitar os dois filhos que ficaram lá, outro porque a mentalidade das pessoas é diferente de Portugal.

Duas imigrantes romenas não querem regressar porque não há oportunidades de encontrar um trabalho bem pago, estão a pensar constituir família em Portugal e convencer a da Roménia a vir;

Um chinês quer ficar porque ganha dinheiro e outro diz estar bem e quer fazer vida aqui. A colombiana quer regressar para criar dois filhos que deixou lá e a imigrante paraguaia diz esperar pela reforma do marido. A imigrante búlgara quer regressar porque, para ela, Portugal está tão mal como o país de origem, o italiano para gozar a vida em Itália. A cabo-verdiana para morrer onde nasceu Uma angolana para levar a vida de antes, pois considera que Angola é um país de oportunidades;

- Adquiriram a nacionalidade portuguesa oito imigrantes ucranianos por ser mais fácil obter emprego, por razões económicas, por razões de trabalho ao nível europeu, por casamento.

Os brasileiros (13) são os que mais não querem a nacionalidade portuguesa, pois gostam do seu país. Os outros que adquiriram a nacionalidade portuguesa, foi por que são descendentes de portugueses, como o italiano, as angolanas, o canadiano e o moçambicano.

Também se verifica que alguns não têm a nacionalidade portuguesa porque ainda não obedecem às normas legais para a adquirir (uma brasileira e três romenas).

Recomendações

As dinâmicas demográficas reflectem processos de transformações na economia, na família, no estilo de vida, nas condições de saúde, na esfera política, sendo crucial os enfoques sobre as diversas formas de desigualdade e exclusão social, nomeadamente territoriais, de classe, de género, geracionais, étnicas, linguísticas, educacionais, culturais e outras.

A diversidade de proveniência dos imigrantes retrata as diferenças e semelhanças dos mesmos, enquanto cidadãos de um espaço comum, com histórias de vida próprias e únicas, partilhadas e enriquecidas pelo contacto e pela convivência com realidades locais.

A imigração é um problema actual e uma realidade que nos diferentes contextos urge não ignorar. Os problemas práticos relacionados com a imigração devem ser encarados também como medidas sociais e não unicamente como soluções de natureza política. É preciso esclarecer os imigrantes sobre os seus direitos e deveres laborais, ao nível das relações de trabalho e em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho. O trabalhador estrangeiro que esteja autorizado a exercer uma actividade profissional por conta de outrem, em território português, tem os mesmos direitos e deveres do trabalhador com nacionalidade portuguesa.

Coloca-se um desafio que só será vencido com uma política articulada em torno do conceito de uma cidadania inclusiva e participativa.

Assim, apresentam-se algumas sugestões que podem ser determinantes no sentido de ajudar a fixar as populações a nível local/regional e evitar a continuação de um despovoamento acelerado, nomeadamente:

- Apoio das autoridades locais, no combate à exclusão social, em que a habitação e a educação devem ser prioritárias, pois através delas encontrar-se-ão respostas concertadas. O poder local deve ter como missão assegurar a concretização das políticas definidas pelo

Governo nas áreas da habitação e reabilitação urbana, de forma articulada com a política de cidades e com outras políticas sociais de valorização do património;

- Promoção de debates sobre a integração laboral e social dos imigrantes, de um modo geral, mas das mulheres, em particular, pois estas são mais vítimas de discriminação e quando estão grávidas desconhecem os seus direitos no acesso à saúde e as gravidezes não são acompanhadas;

- Promoção de debates nas áreas da gestão dos diversos contextos de trabalho, apoiando-se o empreendedorismo imigrante, pois a maioria dos imigrantes são actores económicos frágeis, uma vez que têm pouco capital, pouca capacidade de negociação e pouca experiência na actividade;

- Apoio no acesso aos cuidados de saúde, que é um direito de todos os seres humanos, independentemente da nacionalidade, raça, sexo, idade, estado civil, confissão religiosa, orientação sexual ou convicção política. A maioria dos imigrantes desconhece os direitos que tem a este nível e o “Passaporte de Saúde” é um documento já criado por vários Centros Locais de Apoio à Integração dos Imigrantes (CLAIs);

- Promoção de debates sobre os desafios enfrentados pelos jovens imigrantes na escola, no ensino e na formação profissional, bem como na transição para o mercado de trabalho, incentivando-os e sensibilizando-os para uma aposta de investimento a nível local/regional;

- Criação de condições que promovam a formação profissional, a formação linguística e a formação contínua e personalizada de todos os imigrantes;

- Criação de uma linha SOS Imigrante, a nível local, que possa ser procurada por todos os que necessitam, com um universo de atendimento de línguas que possibilitem uma informação clara e precisa dos imigrantes existentes a nível local;

- Promoção de uma política de proximidade de serviços, onde a descentralização e o apoio às juntas de freguesia seja uma realidade, criando uma ligação gratuita à *internet*, cedendo instalações para atendimento, actividades lúdicas, culturais e desportivas. As modalidades desportivas proporcionam uma formação integral adequada, permitindo a participação em competições organizadas à medida das capacidades de cada um e transmitindo a importância das regras e do trabalho em equipa;

- Pensar e aplicar políticas sociais que influenciem a demografia, pois os imigrantes são jovens e consequentemente apresentam índices de fecundidade elevados;

- Dinamização do Centro Local de Apoio à Integração dos Imigrantes (CLAI), a funcionar no distrito, tornando-o, ainda, mais activo como pólo de informação ao imigrante, com um tratamento especializado e adequado às diferentes necessidades do

público-alvo, com rosto humano e próximo de quem o procura. Para tal deve praticar-se o conceito de proximidade desempenhando o papel pró-activo de animar e desenvolver iniciativas locais. Estas iniciativas terão como objectivos, entre outros, acolher e integrar as comunidades imigrantes na sociedade local e envolver os diferentes actores locais, sensibilizando toda a comunidade para que este desígnio seja conseguido com sucesso.

Referências

- André, I. M. (2005). Família e Género. In Medeiros, C. A.(Direcção) *Geografia de Portugal – Sociedade, Paisagens E Cidades* (Vol. 2). Rio de Mouro: Printer Portuguesa Indústria Gráfica LDª- Círculo de Leitores e Autores, 72-86.
- Barreto, A. e Pontes, J. (2005). *Portugal, Um Retrato Social – 01 Gente Diferente Quem somos, quantos somos e como vivemos*. Lisboa: Edição: Público – Comunicação Social, S.A..
- Câmara Municipal de Bragança (2009). Bragança. <http://> (acedido em 25/05/2009).
- Ferrão, J. (2005). Dinâmicas Demográficas: Uma Visão Panorâmica. In Medeiros, C. A.(Direcção) *Geografia de Portugal – Sociedade, Paisagens E Cidades* (Vol. 2). Rio de Mouro: Printer Portuguesa Indústria Gráfica LDª- Círculo de Leitores e Autores, 50-71.
- Instituto Nacional de Estatística (2007). Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Lima, F. (2008). Imigrantes Tornam As Cidades Mais Ricas E Atractivas. *Boletim Informativo ACIDI, I.P.*, 61, 16.
- Lima, M.P. (1981). *Inquérito Sociológico. Problemas de Metodologia*. Porto: Editorial Presença.
- Malheiros, J. M. (2005). Migrações. In Medeiros, C. A.(Direcção) *Geografia de Portugal – Sociedade, Paisagens E Cidades* (Vol. 2). Rio de Mouro: Printer Portuguesa Indústria Gráfica LDª- Círculo de Leitores e Autores, 87-125.
- Peixoto, J. (2009) Imigração e Demografia em Portugal. *Boletim Informativo ACIDI, I.P.*, 68, 17.
- Rebelo de Sousa, M. (2008). Media e Imigração. *Boletim Informativo - ACIDI, I.P.*, 66, 16.
- Silva, J. C. e Tavares, R.. (1995). Bragança – Confins De Um Mundo Nosso. In Raposo, F. H. (coord.), *Portugal Passo A Passo-Trás-Os-Montes e Alto Douro*. Edições S.A.E.P.A.: Madrid. Edições S.A.E.P.A., 145-147.
- Vitorino, A. (2008). Media e Imigração. *Boletim Informativo - ACIDI, I.P.*, 66, 16.